



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE JOÃO  
PESSOA-PB: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA**

**LUÍS GUSTAVO COSTA FERNANDES**

**João Pessoa**

**2019**

LUÍS GUSTAVO COSTA FERNANDES

(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-  
PB: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA

Monografia apresentada à coordenação do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior

Co-orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida de Lima

JOÃO PESSOA

2019

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

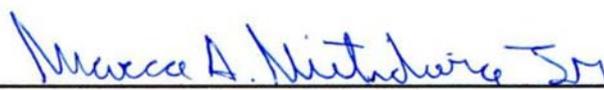
F363r	<p>Fernandes, Luís Gustavo Costa. (Re)produção do espaço urbano na cidade de João Pessoa-PB : revitalização do Parque Sólon de Lucena / Luís Gustavo Costa Fernandes. - João Pessoa - PB, 2019. 75 p. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior. Coorientador: Prof. Dr. Thiago Almeida de Lima. TCC (Curso de Bacharelado em Geografia) - UFPB/CCEN.</p> <p>1. Espaço público. 2. Reprodução do espaço. 3. Revitalização do Parque da Lagoa – João Pessoa-PB I. Mitidiero Júnior, Marco Antônio. II. Lima, Thiago Almeida de. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 91(043.2)</p> <p>UFPB/CCEN</p>
-------	--

**LUÍS GUSTAVO COSTA FERNANDES**

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE JOÃO  
PESSOA-PB: REVITALIZAÇÃO DO PARQUE SÓLON DE LUCENA**

Trabalho de conclusão de curso aprovado em 04 / 09 / 2019 como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA:**



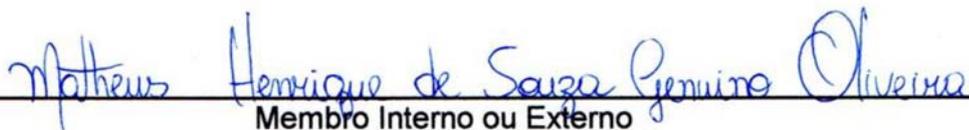
\_\_\_\_\_  
**Professor Orientador**



\_\_\_\_\_  
**Professor Co- Orientador (Caso exista)**



\_\_\_\_\_  
**Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)**



\_\_\_\_\_  
**Membro Interno ou Externo**

JOÃO PESSOA – PB  
Setembro de 2019

Aos meus familiares,  
em especial a dona Ianara e sr. Sebastião,  
aos meus verdadeiros amigos e professores.

## AGRADECIMENTOS

Certamente estas serão as linhas mais difíceis de redigir neste estudo, pois nelas tentarei expressar, imerso num turbilhão de emoções, uma pequena fração da minha eterna gratidão a todos que contribuíram para conclusão desta etapa, que constitui uma das mais importantes da minha vida.

Agradeço inicialmente as pessoas mais importantes da minha vida, “dona” Ianara e “seu” Sebastião, as razões da minha existência, por todo esforço que sempre fizeram para que nada pudesse impedir o meu sucesso e dos meus irmãos. Cresci ouvindo vocês falarem que a missão de vocês seria “dar a melhor educação possível” para nós e, hoje, com o fim deste ciclo, vocês conseguiram “formar” seus quatro filhos, parabéns!! Jamais terei como expressar todo amor e gratidão que sinto por vocês... muito obrigado, mainha! Muito obrigado, painho!

Aos meus amados irmãos Millena, Felipe e Michelle, meus eternos torcedores, pessoas que dão sentido a minha vida, meu muito obrigado, vocês foram e sempre serão essenciais em minha vida!

Aos meus sobrinhos, Mariana e João Pedro, que com a pureza e doçura das crianças, me proporcionaram instantes de tranquilidade e leveza nos momentos de maior pressão, titio agradece muito a vocês!

À minha avó, “dona” Ivanise (que saudade, vovó, a senhora estaria muito orgulhosa...), por tudo que representou para minha família, por todos os esforços dedicados à nossa educação... jamais a esquecerei, obrigado, vovó!

À minha tia Socorro, ao meu tio Carlos (quanta saudade do senhor...), minha tia Adília, aos meus primos Neto, Paulline, Segundo, Maria Vitória, André, Felipe e Gabriel, mesmo distantes, agradeço a vocês por fazerem parte da minha vida e por acreditarem em mim.

À minha Julyanna... não tem como agradecer por todo suporte, dedicação e compreensão. Você foi incrível, mais que isso, foi fundamental ao longo de toda a minha trajetória e tem uma parcela grande das suas contribuições nesta conquista. Serei eternamente grato a ti por toda tua paciência e confiança em mim. É um privilégio tê-la ao meu lado, gratidão por tudo!

Ao meu orientador, Marco Antônio Mitidiero Júnior, minha gratidão por, além de professor, ter tido o privilégio de tê-lo como orientador. Sou um grande admirador do teu

trabalho e serei para sempre grato por todos os ensinamentos e pela confiança depositada na minha pesquisa! Muito obrigado, por tudo!

Ao meu orientador e grande amigo Dr. Thiago Almeida de Lima... não tenho como agradecer por tudo que representas na minha vida. Você esteve comigo desde quando iniciei meu sonho de ser geógrafo. Me aconselhou, me mostrou os melhores caminhos e, com maestria, me conduziu a produção deste estudo que tem tanto significado para mim. Obrigado pelos conselhos, pelas discussões produtivas, por respeitar minhas concepções, mesmo quando divergentes das tuas, e por ser um exemplo, me mostrando que tipo de professor e pesquisador quero me tornar. Mais uma vez, minha admiração e gratidão, meu irmão Thiago! Ah, não vamos parar por aqui, viu?! Ainda vou lhe dar muito trabalho...

Aos meus amigos, os melhores que alguém poderia ter, minha mais pura gratidão! Tomaz (meu melhor amigo de infância e também referência na Geografia), Idevaldo Neto (outro irmão mais novo que a vida me deu), Alex (meu brother), Márcio (sempre perdendo os sentidos), Arthur (o perfeccionista), Diego Moreira (maior intelectual do futebol mundial) e Joacil (o rei do paredão) vocês são verdadeiros irmãos que o Auto Esporte uniu, sempre acreditaram em mim de forma incondicional e me ajudaram, de várias formas, a superar todos os desafios. Muito obrigado, contem comigo sempre!

Aos amigos Rodrigo Mateus (coordenador, coach, empresário...), Raoni Lima (outra referência na Geografia), Renato Júnior (o “showman” da educação brasileira) e Niltomar Souza (meu padrinho profissional), gratidão por todo suporte num momento tão importante da minha vida pessoal e profissional, vocês são os melhores!

Aos amigos que a Geografia me deu, Fábio e Fernando (integrando o trio que se manteve unido e firme desde o início) vocês são feras, e aos que se juntaram ao longo da caminhada, Marco Henrique (Jazz), Kerol (a pessoa mais bem informada do CCEN) e Zayne (do contra), vocês foram essenciais e os levarei pro resto da vida. Obrigado por dividirem bons momentos, mas principalmente as preocupações e problemas acadêmicos, com vocês foi mais fácil superar tudo!

Aos meus professores na graduação, meu muito obrigado a todos! Correndo o risco de cometer injustiças, mas não poderia deixar de destacar alguns, que por razões distintas, conquistaram meu respeito, admiração e carinho! Desta forma, ao professor Sinval Almeida (o primeiro a dizer que eu “tinha futuro” na Geografia), ao professor Marcelo Moura (pela convivência no CLIMAGEO e pela coordenação no PIBID Geografia), a professora Christianne

Maria (pela parceria no PIBID Geografia e no Probex), ao professor Antônio Carlos (coordenador no PIBID Geografia) e aos professores inspiradores como Emília Moreira, Anieres Barbosa (grande amigo automobilista), José Ramos e Galdino Toscano, meu muito obrigado à todos pelos ensinamentos e por fazerem com que eu me apaixonasse ainda mais pela ciência geográfica e pela educação!

Por fim, em tempos de ataques desmedidos a educação como um todo, mas especialmente ao ensino superior, minha gratidão a Universidade Federal da Paraíba – UFPB e as agências de fomento a pesquisa científica por todo o suporte estrutural e financeiro à minha formação acadêmica. Minha gratidão e compromisso de retornar a sociedade os investimentos realizados!

Minha eterna gratidão a todos vocês!!!

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,  
sem ela tampouco a sociedade muda.”*

Paulo Freire.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a reprodução do espaço público na cidade de João Pessoa-PB. Tomando como base a última intervenção urbanística empreendida pela Prefeitura Municipal em um dos mais importantes espaços públicos da capital paraibana, o Parque Sólon de Lucena, realizada entre os anos de 2014 e 2016, pretendemos discutir, à luz da ciência geográfica, o seu processo de reestruturação e o surgimento de novas dinâmicas de uso e apropriação do espaço em questão, bem como contribuir no sentido da compreensão de conflitos, contradições, limites e potencialidades do espaço público na cidade do capital. A reflexão aqui apresentada busca, também, descortinar os fatores de ordem econômica, política e ideológica que norteiam a concepção e execução de projetos urbanísticos que objetivam a reestruturação e refuncionalização de equipamentos urbanos, provocando o tensionamento das relações sócio-espaciais.

**Palavras-chave:** Espaço público. Reprodução do espaço. Revitalização. Parque da Lagoa. João Pessoa.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the reproduction of the urban public space in the city of João Pessoa-PB. Based on the last urban intervention performed by the City Hall of João Pessoa-PB, named “Revitalization and Modernization of Lucena Solon Park (Lagoa)”, held between 2014 and 2016, we intend to discuss, under the view of the geographical science, its restructuring process from the new dynamics of using and appropriation of public space in question, as well as contributing to the understanding of conflicts, contradictions, limits and potentialities of public space in the capital city. The presented reflection also seeks to unveil the economic, political and ideological factors that guide the conception and execution of urban projects that aim the restructuring and “refunctionalization” of urban facilities, causing socio-spatial relations tension.

**Keywords:** Public space. Reproduction of space. Revitalization. Lagoon Park. João Pessoa.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Imagem da cidade de João Pessoa, em meados do século XVII com a representação da área pertencente aos Jesuítas.
- Figura 2 – Área da Lagoa antes das intervenções urbanísticas, conhecida como Lagoa dos Irerês.
- Figura 3 – Parque Sólon de Lucena após sua primeira intervenção urbanística, em 1928.
- Figura 4 – Início das obras do Parkway, em 1938, e a Lagoa, ao fundo.
- Figura 5 – Parkway concluída, Av. Getúlio Vargas, em 1941, e a Lagoa, ao fundo.
- Figura 6 – Instalação da fonte luminosa da Lagoa.
- Figura 7 – Parque Sólon de Lucena, 1957.
- Figura 8 – Matéria mostra embarcação disponibilizada pelo Exército Brasileiro para passeios no Parque Sólon de Lucena.
- Figura 9 – Monumento a Pedra do Reino, no Parque Sólon de Lucena.
- Figura 10 – Poluição na lagoa do Parque Sólon de Lucena.
- Figura 11 – Lagoa transborda e invade pista e calça no Parque Sólon de Lucena.
- Figura 12 – Retirada de detritos da lagoa do Parque Sólon de Lucena.
- Figura 13 – Dragagem da lagoa com auxílio de balsa.
- Figura 14 – Prefeito vistoria as obras do túnel para escoamento de águas da lagoa.
- Figura 15 – Prefeito Luciano Cartaxo vistoria as obras de alargamento do anel externo do Parque Sólon de Lucena.
- Figura 16 – Imagem divulgada na ocasião do anúncio da obra, com dois *píers*.
- Figura 17 – Imagem divulgada pela PMJP após aprovação do projeto pelo IPHAEP.
- Figura 18 – Imagem de satélite com os “anéis” da Lagoa.
- Figura 19 – Matéria no site da PMJP divulgando análises de valorização imobiliária na capital após as intervenções empreendidas.
- Figura 20 – Família de Sólon de Lucena critica PMJP por mudança de nome do Parque.
- Figura 21 – Pista destinada a prática esportiva descasca após 8 dias de inaugurada.
- Figura 22 – Alagamento registrado em 11/04/2017, dez meses após inauguração do parque.
- Figura 23 – Pela terceira vez em 6 meses, túnel se rompe causando transtornos à população.
- Figura 24 – Site publica “*meme*” compartilhado por internautas ridicularizando a discrepância entre o projeto e a concretização da obra.
- Figura 25 – Pista de *cooper* e ciclovia do Parque da Lagoa.

Figura 26 – Os gramados são encontrados por todo o Parque.

Figura 27 – Posto Policial do Parque da Lagoa funciona 24 horas por dia.

Figura 28 – Veículos da Guarda Municipal fazem ronda pelo Parque.

Figura 29 – Praça da criança conta com balanços e gangorras.

Figura 30 – Brinquedos “pula-pula” instalado no Parque da Lagoa.

Figura 31 – Site a PMJP divulga espaço para realização de festas no Parque.

Figura 32 – “Anel externo” alargado, para onde foi deslocado o trânsito no Parque.

Figura 33 – Matéria veiculada sobre abertura de vagas no entorno do Parque.

Figura 34 – Bateria de quiosques com duas unidades no Parque da Lagoa.

Figura 35 – Manifestação da greve geral ocupa o Parque da Lagoa.

Figura 36 – Potencial turístico do Parque foi ampliado com a revitalização.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Informações acerca dos equipamentos instalados no Parque da Lagoa.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

DVOP - Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

SEDURB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura

SEMAM – Secretaria do Meio Ambiente

SEMOB – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA</b> .....	19
1.1 O CONCEITO DE ESPAÇO E A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA RELAÇÃO FORMA/CONTEÚDO: DELINEANDO UM CAMINHO TEÓRICO .....	19
1.2 CONCEITUANDO ESPAÇO PÚBLICO .....	22
1.3 O ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES BRASILEIRAS: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL .....	24
<b>2. JOÃO PESSOA E O PARQUE SÓLON DE LUCENA: CONTEXTUALIZAÇÃO</b> ...	28
2.1 BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JOÃO PESSOA-PB .....	28
2.2 A TRANSFORMAÇÃO DA “LAGOA” EM “CARTÃO POSTAL”: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA .....	31
2.3 AS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA GESTÃO LUCIANO CARTAXO NA “LAGOA” .....	40
<b>3. O “PARQUE DA LAGOA”: AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS SOB ANÁLISE</b> .....	47
3.1 O “ANEL INTERNO” PARA OS PEDESTRES: UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	47
3.2 OS NOVOS E OS VELHOS USOS .....	55
3.2.1 Os Novos Usos .....	56
3.2.2 Os Velhos Usos .....	61
3.3 CONFLITOS.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	72
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS USUÁRIOS DO PARQUE</b> .....	74
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS COMERCIANTES DOS QUIOSQUES DO PARQUE</b> .....	75
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS AGENTES QUE FAZEM A SEGURANÇA DO PARQUE (POLICIAIS MILITARES E AGENTES DA GUARADA MUNICIPAL)</b> .....	76

## INTRODUÇÃO

O presente estudo monográfico é um esforço no sentido de discutir o papel do espaço público na cidade capitalista contemporânea, refletindo e compreendendo suas possibilidades, limites, contradições e conflitos.

Entender as dinâmicas de uso e de apropriação dos espaços públicos por parte dos diversos grupos sociais com perfis heterogêneos se configura como um desafio para a ciência geográfica. Nessa perspectiva, os projetos de revitalização e requalificação destes espaços públicos aumentam o grau de complexidade dessa problemática na medida em que estão impregnados de motivações políticas, econômicas e ideológicas.

Outra complexidade se dá a partir da utilização de um dos conceitos mais complexos da Geografia, o espaço, sendo necessária a interlocução com ideias e autores que irão embasar as reflexões que nos propusemos a fazer.

Nosso objeto de estudo, que ao longo de sua história secular recebeu algumas denominações distintas, é dotado de uma importância histórica e de um simbolismo para a cidade de João Pessoa-PB e seus habitantes. A “Lagoa”, como é popularmente conhecida, foi ao longo das décadas adquirindo novas formas e funções a partir dos processos estruturantes aos quais foi submetida. E é precisamente num destes processos que dedicaremos nossos esforços no sentido de compreender tais transformações.

A última intervenção urbanística empreendida pela atual gestão municipal, executada entre os anos de 2014 e 2016, foi sem dúvidas a mais impactante e a que teve maior capacidade de transformação nas dinâmicas do espaço público em questão. No entanto, faz-se necessário um resgate que vai além do histórico de intervenções urbanísticas empreendidas neste espaço, mas também uma análise do próprio processo de desenvolvimento do espaço urbano de João Pessoa-PB, como base para a compreensão da importância do nosso objeto de estudo no contexto da mencionada urbe.

Realizamos uma análise de todas as etapas da execução do projeto de Revitalização da Lagoa como fonte de informações relevantes que irão balizar nossas análises críticas na tentativa de compreender as mudanças provocadas por tais transformações. A compreensão das novas dinâmicas e usos, e das transformações impostas aos velhos usos, perpassa, necessariamente, pelo entendimento de todas as modificações estruturais empreendidas.

Para realização das reflexões que apresentaremos nos capítulos que se seguem, foram fundamentais também as visitas de campo, oportunidades estas de constatar *in loco* as novas formas de organização do espaço e as novas dinâmicas que nele se desenvolvem. A aplicação de questionários semiestruturados com os frequentadores e profissionais que trabalham no Parque nos permitiu realizar uma série de constatações valiosas para este estudo.

Quando da entrevista com os frequentadores, predominou a questão da percepção que os mesmos têm do espaço, os usos que costumam fazer, bem como os conflitos que parecem invisíveis aos olhares menos atentos.

Em relação às entrevistas realizadas junto aos profissionais que trabalham no Parque, sejam os trabalhadores dos quiosques, agentes de segurança ou de orientação aos usuários, predominaram esclarecimentos acerca de questões específicas que nos ajudam a construir as argumentações que apresentaremos mais adiante.

No tocante a revisão bibliográfica, apesar da grande atenção dedicada por parte da Geografia as questões urbanas, os espaços públicos em João Pessoa têm recebido menor atenção. Neste sentido, o presente estudo cumpre um papel de alicerçar o caminho para futuras investigações científicas.

Acerca da estruturação deste estudo monográfico, escolhemos a forma de organização descrita nos parágrafos que seguem.

No primeiro capítulo, além de apresentaremos os principais conceitos e a abordagem geográfica escolhida, faremos uma discussão conceitual acerca do espaço público, realizando uma contextualização sócio-espacial a partir da realidade das cidades brasileiras.

Em seguida, no segundo capítulo, faremos alguns apontamentos pertinentes à produção do espaço urbano em de João Pessoa-PB e os relacionaremos com o processo de construção identitária do Parque Sólon de Lucena, a partir de uma reconstrução histórica das intervenções urbanísticas empreendidas no espaço em questão, dando ênfase a mais recente, onde detalharemos todas as suas etapas.

O terceiro e último capítulo apresenta nossa análise crítica sobre o processo como um todo, tanto em relação a execução das intervenções, quanto em relação aos desdobramentos para a dinâmica do espaço público em questão, onde destacaremos os novos usos, mas também as alterações impostas aos antigos usos, bem como as novas possibilidades, contradições e conflitos.

## **1. UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA**

No presente capítulo, pretendemos, de modo breve, apontar os principais fundamentos teóricos e conceituais que nortearam nossa reflexão geográfica sobre as intervenções urbanísticas recentemente realizadas no Parque Sólon de Lucena. Além disso, buscaremos apontar os principais elementos estruturantes da produção do espaço urbano no capitalismo (semi)periférico, objetivando a construção de parâmetros analíticos gerais que serão desdobrados e especificados nos capítulos subsequentes.

### **1.1 O CONCEITO DE ESPAÇO E A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA RELAÇÃO FORMA/CONTEÚDO: DELINEANDO UM CAMINHO TEÓRICO**

No âmbito da Geografia, o debate conceitual mais controverso é aquele que se dá em torno do conceito de espaço, não apenas em função das múltiplas abordagens teórico-metodológicas existentes - que suscitam uma grande diversidade de definições e conceitos -, mas também porque essas discussões embutem, invariavelmente, uma controvérsia ainda maior: aquela relacionada ao objeto da ciência geográfica.

Longe de desejarmos enveredar por tais celeumas epistemológicas, o que se pretende neste subcapítulo é:

- 1) apresentar os autores e ideias que norteiam nossa compreensão geográfica de espaço (como base para as discussões vindouras sobre a natureza do espaço público);
- 2) discutir as noções que embasam nossa reflexão sobre a relação forma/conteúdo, como pressuposto para uma análise geográfica das intervenções urbanísticas realizadas na “Lagoa” e suas repercussões sócio-espaciais.

Em meio às diversas polêmicas e divergências que embalam o debate nacional e internacional acerca do conceito de espaço na Geografia, podemos encontrar, pelo menos dentro do universo que se convencionou denominar de Geografia Crítica, um ponto de convergência: o fato de o espaço geográfico ser considerado um produto do trabalho social.

Esse ponto quase consensual une autores com visões teóricas bastantes distintas, a exemplo de Santos (2012) e Souza (2013). Para esses dois autores consagrados na literatura geográfica brasileira, o espaço é o produto do trabalho social sobre a natureza, que permite aos seres humanos transformar o meio natural segundo suas necessidades e projetos.

Em concordância com os autores citados, alinhamo-nos ao pressuposto de que o espaço é produto da ação humana, mediada pelo trabalho, sobre a natureza.

Partindo dessas premissas, consideramos pertinentes as reflexões de Carlos (2011). A autora afirma que a produção do espaço por uma dada sociedade não pode ser dissociada do modo de produção que determina as estruturas sociais básicas, isto é, o espaço, como produção social, reflete, mais ou menos nitidamente, as condições estruturais do sistema econômico vigente em uma dada época histórica.

Nesse sentido, podemos afirmar que as diferentes formações sociais (Escravista, Feudal, Capitalista etc.) produziram o espaço segundo as suas regras socioeconômicas fundamentais (CARLOS, 2011). Isso porque o devir histórico mostra que a organização da sociedade ao longo do tempo ocorreu sob a condição fundamental de transformação da natureza primitiva (espaço natural) em plantações, cidades, estradas, fábricas, redes informacionais etc. Todas essas intervenções promovidas pelo homem compreendem o espaço por ele produzido, a partir de relações sociais historicamente datadas e conduzidas pelo modo de produção vigente em cada época. Sendo assim, o espaço é muito mais que o palco no qual a vida humana se desenrola. Trata-se, na verdade, da especificação do todo social. O espaço aparece como condição de realização da vida humana e de toda a realidade histórica (SANTOS, 2012).

Portanto, o modo de se produzir as condições materiais necessárias à reprodução da vida mantém estreita relação com as formas de organização social, política e cultural. Visto por este prisma, o espaço é uma totalidade multidimensional. De acordo com Souza (2001.p. 61), “[...] o espaço geográfico é palco, fonte de recursos, recurso em si, arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; substrato material, lugar e território”.

Diante do exposto, registre-se que, neste trabalho, além de considerarmos o espaço como produto do trabalho social e fortemente vinculado ao modo de produção vigente, temos em conta, ainda, sua natureza multifacetada, englobando aspectos materiais e imateriais cujas inter-relações determinam as formas e os conteúdos nele existentes.

Milton Santos, em sua obra *Espaço e Método*, afirmou que existem quatro categorias basilares para que possamos compreender o espaço e seu processo de produção e organização: forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985). De modo bastante resumido e sem entrar nas minúcias teóricas do pensamento do autor, podemos definir essas instâncias da seguinte maneira:

Forma – heranças concretas/abstratas resultantes do acúmulo espacial do trabalho social ao longo do tempo. Seus significados e funções podem mudar ao longo da história e não podem

ser compreendidas se forem desconectadas das estruturas societárias que lhe deram origem (SANTOS, 1985);

Função – corresponde ao papel, utilidade ou funcionalidade desempenhados pelos objetos (formas) criados pelo trabalho social (SANTOS, 1985);

Estrutura – diz respeito a própria organização social em si, isto é, as características econômicas, políticas, sociais e culturais vigentes em dada época (SANTOS, 1985);

Processo – pode ser compreendido como a estrutura em movimento, ou seja, o próprio devir histórico que imprime transformações nas estruturas (SANTOS, 1985).

Refletindo sobre as considerações de Santos (1985), Corrêa (2009, p. 7) nos forneceu uma contribuição importantíssima para nortear o modo como operacionalizaremos essas categorias na presente pesquisa (ao mesmo tempo em que deu pistas sobre como podemos abordar, geograficamente, a relação forma/conteúdo):

As quatro categorias, argumenta Milton Santos, são indissociáveis entre si, interpenetrando-se dialeticamente. Se considerarmos apenas cada uma isoladamente faremos uma análise incompleta, desprovida de sentido. Se considerarmos a estrutura e o processo faremos um estudo de história ou de história econômica, útil, no entanto, para os geógrafos, incapaz de abarcar a espacialidade humana. Se, por outro lado, considerarmos apenas a função e a forma faremos um estudo descritivo, classificatório, deixando de lado o tempo social: a sociedade e o seu movimento são excluídos. Ao se considerar apenas a estrutura e a forma eliminaremos as mediações e a possibilidade de entendimento da espacialidade humana. Ao considerarmos, por sua vez, as categorias processo e função, realizaremos um estudo de natureza econômica, útil, mas no qual a espacialidade humana está de fora (CORRÊA, 2009, p. 7).

A partir das considerações de Corrêa (2009), resta evidente que reside precisamente na consideração dialética das inter-relações entre forma, função, estrutura e processo a possibilidade de desvendarmos os nexos espaciais e as determinações que emolduram nosso objeto de estudo.

Assim, aproximando a discussão teórica exposta nas linhas precedentes dos objetivos desta pesquisa, concluímos que uma investigação geográfica das intervenções urbanísticas realizadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP no Parque Sólon de Lucena não pode prescindir de uma análise das relações forma-conteúdo. Para tanto, as categorias forma, função, estrutura e processo serão de grande valia, uma vez que nos permitirão um caminho metodológico capaz de iluminar nossas reflexões acerca dos significados sócio-espaciais das intervenções sob análise.

## 1.2 CONCEITUANDO ESPAÇO PÚBLICO

Para que possamos atingir os objetivos deste estudo, é importante, ainda do ponto de vista conceitual, esclarecermos nossa visão acerca do que consideramos como ‘espaço público’, a fim de estabelecer os parâmetros analíticos que nos permitirão pensar sobre nosso objeto de estudo.

Na obra ‘Fobópolis: o medo generalizado e a questão da militarização urbana’, Souza (2008) afirma que, no universo das chamadas ciências sociais, o espaço público pode ser compreendido de duas formas básicas:

1) enquanto *esfera pública ou cena pública*, isto é, o “campo” de atuação e a existência de condições que propiciam a interação de indivíduos que, com maior ou menor liberdade, expressão seus pontos de vista, articulam suas demandas, negociam seus conflitos, veem e são vistos; 2) enquanto um espaço concreto, o qual permite (e, em certa medida, condiciona) a cena pública. A essas duas dimensões pode-se inferir como as faces imaterial e material do espaço público, o que traz implícita a ideia de que ambos os sentidos se acham, na realidade, intimamente articulados (SOUZA, 2008. p. 79).

O autor chama a atenção, ainda, para o fato de que

[...] não é apenas em sua forma diretamente material, vale dizer, na qualidade de substrato espacial, que o espaço social (socialmente produzido) se pode apresentar como espaço público e condicionador da cena pública. Outras facetas do espaço geográfico socialmente produzido (espaço social) devem ser aqui consideradas, como os territórios (ou seja, os espaços definidos por e a partir das relações de poder, ou relações de poder projetadas sobre o substrato) e os lugares (no sentido popularizado pela geografia humanística: espaços dotados de significado, espaços vividos e aos quais se associam identidades coletivas), bem como os processos de constituição e modificação de territórios e suas fronteiras visíveis ou invisíveis (territorialização, desterritorialização, reterritorialização) e construção social de sentimentos de lugar (“lugarização”) (SOUZA, 2008. p. 79).

As reflexões de Souza (2008. p. 80) nos permitem ainda uma distinção importante: aquela que deve ser considerada quando nos deparamos com os conceitos de *espaço público* e *espaço coletivo*. Para o geógrafo citado, enquanto o espaço público, para ser considerado como tal, não pode prescindir de um mínimo de liberdade real e formal, o espaço coletivo, pode ser, tão somente, um espaço de uso comum, mas sem as constituintes (cena pública, liberdade real e formal) de um espaço público. Dito de outro modo, “todo espaço público é um espaço coletivo, mas nem todo espaço coletivo é, assim, um espaço público”.

Serpa (2007), outro autor que se dedicou largamente a estudar o espaço público, entende que o espaço público é o espaço da ação política na cidade contemporânea. Para o autor, compreender o espaço público na atualidade passa, necessariamente, pela análise da lógica de (re)produção do sistema capitalista. Nesse sentido, para o autor, além dos aspectos que apontamos nos parágrafos anteriores, a questão da acessibilidade é fundamental para que determinados espaços sejam dotados de caráter efetivamente público. Nesse sentido, Serpa (2007, p. 22) reflete que a acessibilidade “não é somente física, mas também simbólica (e abstrata) na concretização física dos espaços públicos urbanos”.

Articulando as contribuições de Souza (2008) e Serpa (2007), concluímos que o espaço público, para poder receber essa denominação, precisa reunir condições para que as pessoas possam chegar, permanecer e nele conviver com segurança e respeito às diferenças.

Nos valendo do alerta de Souza (2008), de Gomes (2002) e de Serpa (2007), devemos considerar, ainda, a forte conotação política que se encerra no espaço público, sendo este o principal espaço de explicitação das demandas, reivindicações e conflitos sociais de várias naturezas. No dizer de Gomes (2002), o espaço público é propício para o exercício da cidadania.

Considerando o exposto, podemos citar como exemplos de espaços públicos aqueles que pertencem a todos, isto é, aqueles espaços que, ao menos em tese, podem ser acessíveis a todos os cidadãos.

Contudo, nem tudo é tão simples quanto parece. O que dizer dos processos de privatização, explícita ou tácita, de espaços públicos, a exemplo de ruas e praias privadas? O que dizer de algumas ocupações de sem-teto que, apesar de certo fechamento para fins protetivos, são bastante abertas para cooperação externa e possuem uma atmosfera interna bastante democrática?

Ante aos questionamentos, parece-nos prudente concordar com Souza (2008, p. 82) quando o autor diz que “a qualidade de ‘público’ de um espaço não parece, assim, ser uma questão de ‘tudo ou nada’, mas sim de níveis de intensidade. Há, de certa forma, um *continuum* muito complexo, e não apenas dois extremos, quais sejam, ‘público’ *versus* não ‘público’/‘privado’”.

É importante ressaltar que o presente trabalho versa sobre uma modalidade específica de espaço público, o parque. Esse tipo de espaço público é fortemente vinculado às práticas de lazer, esportes, confraternização, descanso etc. Via de regra, apresenta amenidades (arborização, espelhos d’água, gramados extensos) e equipamentos de uso coletivo.

Nas cidades capitalistas, o histórico avanço do capital imobiliário sobre as áreas portadoras de alguma apazibilidade (bosques, lagos, rios, ruas pouco movimentadas etc)

transformou esses espaços em raridades, tornando-os objetos de consumo e abrindo possibilidades para processos, tácitos ou explícitos, de privatização, total ou parcial (SERPA, 2007). Desse modo, os espaços públicos podem perder aquilo que, talvez, seja sua maior potência: a possibilidade de integração social e convivência entre os diferentes. Na (semi)periferia do capitalismo, sobretudo no Brasil, esses e outros fatores se somam para produzir espaços públicos “anêmicos” (SOUZA, 2008. p. 82).

No próximo subcapítulo, portanto, realizaremos a tarefa de refletir, ainda que brevemente, sobre as características dos espaços públicos situados nas cidades de um país semiperiférico, o Brasil.

### 1.3 O ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES BRASILEIRAS: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Como se sabe, o processo de urbanização no Brasil apresenta uma série de características que precisam ser explicitadas quando nos deparamos com a tarefa de investigar qualquer problemática urbana. Nesse sentido, embora não seja nosso objetivo discuti-las de modo minucioso neste trabalho, iremos apontar, a seguir, algumas dessas características que mais diretamente se relacionam ao processo de conformação do espaço público na cidade brasileira. Essa contextualização nos permitirá analisar nosso objeto tendo uma visão mais abrangente dos processos.

Assim, de forma geral, podemos dizer o seguinte sobre o processo de urbanização e de produção da cidade no Brasil a partir do século XX (sobretudo após os anos 1930):

1) Deu-se, como em qualquer país capitalista, seguindo as lógicas de reprodução do capital. Como bem sintetizou Lima (2012), isso significa que a renda da terra exerceu papel fundamental, condicionando fortemente o processo de produção do urbano nacional. Seus principais agentes privados (proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, proprietários dos meios de produção) agiram sempre na busca da maximização dos lucros, contando, para tanto, com a ajuda do Estado. A intensa especulação imobiliária, a hipervalorização do solo urbano e o intenso êxodo rural (derivado, por seu turno, de concentração fundiária e da falta de políticas públicas consistentes para a fixação do homem no campo), provocaram um crescimento urbano que excluiu os mais pobres do acesso às condições mínimas de reprodução da vida, gerando conflitos de toda ordem (SOUZA, 2005);

2) Ocorreu de forma bastante rápida se compararmos ao que se deu no mundo capitalista desenvolvido. Em apenas 40 anos (entre os anos 1930-1970), o Brasil assistiu a um fenômeno de migração campo-cidade muito intenso, provocado também pelo processo de industrialização, que tornou a população das cidades maior do que a residente no campo (SOUZA, 2005);

3) Concentrou-se em um pequeno número de grandes cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza etc), nas quais a população geralmente excede a marca do milhão de habitantes, fenômeno conhecido como metropolização. Via de regra, isso gerou dificuldades no atendimento às demandas infra estruturais e sociais;

4) Produziu uma quantidade enorme de problemáticas sócio-espaciais urbanas, que vão da falta de saneamento básico, passam pela enorme parcela da população que não possui moradia e chegam aos enormes índices de violência em suas mais diversas modalidades;

5) Concorreu para a formação de cidades nas quais a pauta da segurança pública tem influenciado decisivamente o comportamento da população, sendo que o medo generalizado e a sensação de (in)segurança tem sido largamente utilizados como fatores geradores de lucros, quer seja pela montagem de indústrias de segurança privada, quer seja pela comercialização de produtos imobiliários que mercantilizam a ideia de “estar seguro” (condomínios fechados, shopping centers etc.) (SOUZA, 2008; SPOSITO, 2013);

No que tange ao tema específico desta pesquisa, pode-se dizer que esse processo de urbanização gerou cidades caracterizadas pela segregação sócio-espacial, na qual os espaços fechados, coletivos e/ou privados/individuais, são, via de regra, mais valorizados (LIMA, 2017). Em contrapartida, os espaços públicos (praças, parques, museus, galerias de arte etc) são negligenciados, com estruturas precárias, salvo algumas exceções.

Como bem pontuou Serpa (2007), em geral as políticas estatais que geram espaços públicos de boa qualidade para o uso da população (justamente as exceções sobre as quais nos referimos no parágrafo anterior) se destinam, via de regra, para a população de classe média/alta. Os bairros populares, como não poderia ser diferente dada a natureza do processo de urbanização no Brasil, não são abarcados (ou são muito precariamente) pelas iniciativas do Estado que visam a requalificação e reestruturação de espaços públicos.

Além disso, muitas das iniciativas estatais de intervenção nos espaços públicos tem servido ao reforço dessa lógica excludente que caracteriza a urbanização brasileira, na medida em que desencadeia processos de valorização do solo urbano, gerando lucros gigantescos para o capital imobiliário. Majoritariamente concentradas em bairros habitados por populações de média/alta rendas, as obras de construção ou requalificação de praças/parques públicos, além de servirem à valorização dos empreendimentos imobiliários do entorno, excluem a população mais pobre, na medida em que estabelecem obstáculos à acessibilidade (distância, custo do transporte e até mesmo o não pertencimento ao grupo social habitualmente frequentador do espaço são alguns desses empecilhos) (SERPA, 2007; GOMES 2002).

É por essas razões que Souza (2008) qualifica os espaços públicos brasileiros como “anêmicos”. Na visão do autor, o processo de urbanização brasileiro e seus rebatimentos na percepção de segurança geraram a “fobópole”, isto é, a cidade na qual o medo generalizado e os mecanismos de controle social

[...] vão enfraquecendo a vida pública no cotidiano, seja pelas interdições diretas de acesso e locomoção, seja pelo medo de frequentar certos locais em certos horários e sob certas circunstâncias [...] os espaços públicos tornam-se, cada vez mais, vítimas do que poderia se chamar de “síndrome da cidade vigiada” (SOUZA, 2008. p. 84).

Este enfraquecimento da vida nos espaços públicos, lamentados por diversos autores, a exemplo de Serpa (2007), Souza (2008) e Gomes (2002), possui como causa, além do medo, a falta de infraestrutura que, por seu turno, geram pouca atratividade e confortabilidade para os usuários, diminuindo o uso ou reduzindo a permanência dos usuários.

Em João Pessoa-PB, a realidade comum ao espaço público nas cidades brasileiras também se faz notar. Predomina a precariedade e a falta de opções, sobretudo para a população de baixa renda.

Contudo, é importante pontuar que, a despeito da exacerbação do individualismo, da normalização da vida internalizada característica das grandes e médias cidades brasileiras, ainda é possível notar que existe muita gente disposta a frequentar praças, parques etc. E há uma parcela considerável de pessoas que, uma vez estabelecidas as condições infra estruturais adequadas, passaria a frequentar assiduamente o espaço público.

Registre-se, a título de exemplo, os processos de requalificação da Praça da Paz, situada no bairro dos Bancários e a construção do Parque Parahyba, localizado no bairro Jardim Oceania, ambos na cidade João Pessoa-PB. Depois das intervenções urbanísticas realizadas, respectivamente, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e pelo Governo do Estado da

Paraíba, esses espaços públicos passaram a ser frequentados por uma quantidade significativa de pessoas, tornando-se atrações nos bairros citados. No caso da Praça da Paz, inclusive com a boa notícia da presença de estratos sociais de renda mais baixa utilizando o equipamento (CRUZ, 2011).

Na capital paraibana, um dos espaços públicos mais importantes, em função de seu significado histórico e simbólico para os pessoenses, é o justamente o nosso objeto de estudo, o Parque Sólon de Lucena, popularmente conhecida como “Lagoa”.

As recentes intervenções urbanísticas realizadas pela atual gestão municipal foram as mais impactantes da história, alterando significativamente o substrato material, mas, sobretudo, os usos e as formas de apropriação desse espaço público.

Nos próximos capítulos, passaremos a analisar mais detalhadamente o Parque Sólon de Lucena para, com base nas perspectivas teóricas expostas até aqui, possamos contribuir com o debate crítico acerca do espaço público na cidade brasileira contemporânea.

## **2. JOÃO PESSOA E O PARQUE SÓLON DE LUCENA: CONTEXTUALIZAÇÃO**

Neste capítulo, inicialmente, iremos nos ater a compreensão do processo de produção do espaço urbano em João Pessoa-PB sob uma perspectiva mais ampla, não restrita apenas à produção de bens materiais, mas também considerando, entre outros aspectos, a produção de relações de poder, visto que esse processo foi condicionado também pelas transformações sofridas pelo nosso objeto de estudo ao longo do tempo, deixando traços significativos na organização espacial.

Aliado a essa compreensão, pretendemos também demonstrar o processo de transformação do Parque Sólon de Lucena ao longo do tempo, destacando a sua importância histórica, social e política para a cidade de João Pessoa-PB, a partir das intervenções urbanísticas empreendidas nesse espaço público, buscando entender como a “Lagoa” adquiriu condição de protagonismo e se tornou cartão postal da capital paraibana.

O foco da nossa análise está centrado na última intervenção paisagística empreendida pela atual gestão municipal, detalhando suas etapas para que possamos, em seguida, desvelar as nuances contidas durante e após sua execução, contribuindo assim para a elucidação dos processos estruturantes do espaço urbano pessoense e seus respectivos impactos nas relações sócio-espaciais.

### **2.1 BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JOÃO PESSOA-PB**

Até o presente momento, analisamos os principais conceitos e fundamentos teóricos que julgamos imprescindíveis e que irão nortear nossas reflexões geográficas sobre as intervenções que adiante pretendemos trabalhar. Desta feita, após discutir de maneira geral o processo de urbanização e produção da cidade no Brasil, busquemos, neste primeiro subcapítulo, compreender como esse mesmo processo se deu numa escala menor, no âmbito da cidade de João Pessoa-PB.

Longe de querer enveredar por esse caminho, pois não é objetivo central do nosso estudo analisar de forma detalhada o processo de produção do espaço urbano de João Pessoa-PB,

julgamos necessário o resgate de alguns aspectos relevantes que irão contextualizar os períodos de desenvolvimento do nosso objeto de estudo, fazendo as conexões necessárias para que possamos, finalmente, discutir as últimas intervenções sob análise neta pesquisa.

A produção do espaço urbano na cidade de João Pessoa-PB sempre contou com a participação ativa do Estado. Nas últimas décadas, porém, o que se viu foi uma forte inserção dos investimentos privados que, principalmente a partir do capital imobiliário, aliados ao Estado, passaram a nortear o crescimento e desenvolvimento da cidade.

Conforme aponta Souza Júnior (2008), as primeiras ações de reforma urbanísticas empreendidas em João Pessoa-PB só ocorreram a partir da década de 1920, inspiradas em reformas já ocorridas em outras cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, e fundamentadas na tríade: sanear, embelezar e circular.

Em João Pessoa-PB, o primeiro plano com tais concepções foi o desenvolvido pelo engenheiro Saturnino de Brito, contratado em 1913 para elaborar um projeto de saneamento para a então Cidade da Parahyba. O projeto Saturnino, como ficou conhecido, pôs a “Lagoa” como ponto focal da cidade para pensar a expansão urbana a partir de traços radiais e de arborização de parques e praças. Tais intervenções, como mencionado anteriormente, só tiveram início a partir da década de 1920, no governo do prefeito Guedes Pereira (PAULINO, 2010).

Segundo Lima (2012), João Pessoa-PB, que foi fundada em 1585, começa a definir seus padrões de expansão de sua malha urbana na década de 1960. A definição desses padrões estaria alinhada a processos que já aconteciam em escala nacional e que passaram a ocorrer também em escala local, como a industrialização, que promovia o aumento nos índices de acumulação capitalista, expressando o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos militares. Um marco determinante que simboliza esse momento em João Pessoa-PB foi a implantação, na década de 1960, do distrito industrial, as margens da BR 101.

Esse momento marca o processo desconcentração da estrutura urbana de João Pessoa-PB, antes compactada no centro da cidade, local onde se encontra nosso objeto de estudo. Essa expansão ocorreu a partir de dois importantes eixos viários, a saber: a Avenida Epitácio Pessoa e a Avenida Cruz das Armas, sendo as mesmas ocupadas por grupos com níveis de renda distintos, conferindo assim um caráter de segregação sócio-espacial ao processo de expansão urbana de João Pessoa (LIMA, 2012).

O filósofo francês Henri Lefebvre (1981), cujas contribuições para a ciência geográfica são marcantes, destaca que o processo de produção do espaço está posto a serviço da acumulação capitalista, inclusive existindo uma relação de dependência nesse processo.

Alinhado a esse pensamento, Sposito (2008) discorre sobre a importância do espaço urbano para o desenvolvimento do capitalismo a partir da consolidação das cidades, sendo estes espaços os que apresentam as condições necessárias para consolidação do sistema capitalista:

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto (SPOSITO, 2008, p. 64).

Tais fatos produziram transformações significativas na estrutura produtiva da capital paraibana, entre as décadas de 1970 e 1980. Conforme afirma Lefebvre (1999, p.17) “a concentração da população acompanha a dos meios de produção”. E foi exatamente o que aconteceu em João Pessoa-PB. O comércio no bairro do Centro, nas proximidades do nosso objeto de estudo, cresceu e se tornou dinâmico e diversificado. A construção das Avenida Epitácio Pessoa e Cruz das Armas, como citado nas linhas anteriores, permitiu a expansão da cidade em direção ao litoral e em direção a Recife-PE. Com isso, a cidade de João Pessoa-PB, em franca expansão, passava a se tornar espaço fértil para a reprodução do capitalismo.

Uma das estratégias adotadas para que esse modelo de (re)produção dos espaços urbanos continue a atender os seus propósitos é precisamente a revitalização. Souza (2013) nos aproxima dessa compreensão ao discutir as causas e motivações de um número crescente de projetos desta natureza:

O uso ostensivo do termo “revitalização”, diga-se de passagem, sugere que se está a presumir ou se quer fazer acreditar que os espaços a serem “revitalizados” se achavam antes “sem vida”, isto é, “mortos”, além de “deteriorados” – discurso ideológico que escamoteia o fato de que, nesses espaços, quase sempre, há pessoas, via de regra pobres, morando, trabalhando e até mesmo produzindo cultura (SOUZA, 2013, p. 40).

Nessa perspectiva, o projeto intitulado pela administração municipal como “Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa)” está imerso nesta

concepção na medida em que nega ou deteriora as relações sócio-espaciais outrora existentes no espaço público em questão, defendendo abertamente um projeto higienista, que pretende implantar uma “modernização” do espaço público a partir da exclusão de atores sociais que tradicionalmente se apropriaram desta área e ajudaram a construir sua identidade ao longo do tempo, o que provoca conflitos os quais pretendemos discutir mais à frente.

Serpa (2011) aborda a reprodução dos espaços urbanos de forma centrada ao nosso objeto de estudo, ao discutir os parques públicos nas cidades contemporâneas. Ao analisar as operações de revitalização/requalificação de áreas comerciais e industriais “em crise”, o autor apresenta a contradição existente entre discurso oficial e as práticas adotadas. Nesse sentido, suas contribuições serão determinantes para as reflexões e análises críticas que pretendemos fazer nos subcapítulos seguintes.

## 2.2 A TRANSFORMAÇÃO DA “LAGOA” EM “CARTÃO POSTAL”: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O processo de transformação do Parque Sólon de Lucena em cartão postal da cidade de João Pessoa-PB é relativamente recente e marcado por diversas intervenções que, com o passar das décadas, foram ressignificando este espaço e produzindo modificações nos usos, dinâmicas e formas de apropriação, alterando também as relações sócio-espaciais e produzindo novos conflitos.

Segundo Aguiar (1992), a área onde hoje está localizado o “Parque da Lagoa” pertenceu aos Jesuítas entre os séculos XVII e XVIII. A área já era retratada pelos holandeses durante o seu período de dominação na Paraíba (Figura 1). As primeiras intervenções, porém, só começaram a ser desenvolvidas em meados do século XIX, com o prolongamento de logradouros já existentes e a criação de outros na região que se chamava bairro do Montepio e abrigava a “Lagoa dos Irerês”, que permaneceria com essa denominação até o início do século XX.

Figura 1: Imagem da cidade de João Pessoa, em meados do século XVII com a representação da área pertencente aos Jesuítas.



Fonte: Jan van Brosterhuisen. Livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647)

De acordo com Maia (2000), a área conhecida como Lagoa dos Irerês (Figura 2), em alusão aos marrecos que eram encontrados em abundância no local, não apresentava calçadas, palmeiras imperiais e nem qualquer outro sinal de intervenção urbanística, sendo formada por áreas pantanosas, vegetação nativa densa e pela lagoa propriamente dita, originada a partir do acúmulo das águas das chuvas. Em suas imediações existiam sítios e chácaras, mas até 1910 a circulação de pessoas era pequena e o local era tido como refúgio para criminosos.

Figura 2: Área da Lagoa antes das intervenções urbanísticas, Conhecida como Lagoa dos Irerês.



Fonte: Walfredo Rodrigues.

Segundo Paulino (2010), o potencial de expansão da Cidade da Parahyba em direção ao litoral tinha na “Lagoa” um obstáculo natural a ser vencido. Essa superação começou a se tornar viável a partir da contratação do engenheiro Saturnino de Brito, em 1913, para a elaboração de um projeto de saneamento básico. O projeto foi responsável pela primeira mudança visual efetiva na área a partir de sua execução, que teve início em 1922, sendo concluída em 1926, conforme descrito por Almeida (2006):

Apenas em 27 de dezembro de 1922, na administração estadual de Sólon de Barbosa de Lucena, é iniciada a execução do plano elaborado por Saturnino de Brito em 1913. As obras são concluídas em 24 de abril de 1926, no governo de João Suassuna, representando o primeiro ciclo de reformas urbanas dessa capital. Imbuída de preocupações sanitaristas e de embelezamento, vinculando o verde dos espaços públicos à vitalidade urbana, é a essa administração que se deve a urbanização da Lagoa dos Irerês, transformando-a em parque urbano saneado e embelezado proposto por Brito e que, em homenagem ao governador do Estado, passa a se chamar Parque Sólon de Lucena (ALMEIDA, 2006, p. 165).

Segundo Aguiar (1992), no governo do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1921 – 1924), foi realizada a primeira intervenção urbanística no local e, em 27 de setembro de 1924, através do decreto-lei 110, o Parque foi denominado oficialmente Parque Sólon de Lucena. No governo de seguinte, do prefeito João Maurício de Medeiros, e do Presidente do Estado, João Suassuna, foram realizadas a construção do meio fio e o plantio das Palmeiras Imperiais e de outras espécies arbóreas mais robustas e sombreiras, trazidas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro-RJ, que atendiam a um modelo paisagístico empregado em projetos urbanísticos das primeiras cidades projetadas. Na Figura 3, registro do final da década de 1920, é possível perceber o novo padrão paisagístico a partir do plantio das novas espécies arbóreas.

Figura 3: Parque Sólon de Lucena após sua primeira Intervenção urbanística, em 1928.



Fonte: Acervo Humberto Nóbrega, 1928.

Tais intervenções tiveram caráter marcante no processo histórico de produção deste espaço na medida em que foram responsáveis pela ressignificação da área. Segundo Almeida (2006), o sentimento de repúdio foi sendo substituído gradativamente por uma identificação que só foi possível a partir dos melhoramentos estéticos e principalmente do saneamento do parque, que lhe conferiu uma condição de salubridade, sendo fundamental para inserção do Parque na dinâmica urbana, caracterizada pela expansão naquela época.

Em 1932, o governador Antenor Navarro, interventor estadual designado pelo Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, contrata o arquiteto e paisagista Nestor Figueiredo para o desenvolvimento de um novo projeto urbanístico. O novo projeto só fora executado no governo seguinte, do prefeito Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940). Este período marca outro importante momento na história das intervenções realizadas na “Lagoa” devido à construção de importantes equipamento e da ruptura definitiva das barreiras naturais que se constituíam como obstáculos para a expansão da cidade. O novo plano contemplava novas intervenções no entorno da “Lagoa”, com uma trama quadriculada em seu entorno e a abertura de um *Parkway* (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Início das obras do *Parkway*, em 1938, com o Parque Sólón de Lucena, ao fundo.



Fonte: Gilberto Stuckert, 1938.

Figura 5: *Parkway* concluída, Av. Getúlio Vargas, em 1941, e a Lagoa, ao fundo.



Fonte: Gilberto Stuckert, 1941.

Conforme descreve Paulino (2010), paralelamente, o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de João Pessoa-PB foi executado pelo arquiteto francês George Munier, promovendo a delimitação do perímetro da Lagoa com a avenida circular e com as palmeiras imperiais e a construção de um muro de arrimo, para garantir a duração do espelho d'água. As referidas obras foram executadas pelo órgão responsável por implantar as diretrizes de ampliação do governo Vargas, a Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba - DVOP. Neste período, também foram construídos o Instituto de Educação, o Cassino de Verão e foi feita a instalação da fonte luminosa da “Lagoa” (Figura 6).

Figura 6: Instalação da fonte luminosa da Lagoa.



Fonte: Acervo IPHAEP (sem data e autor).

Ainda segundo Paulino 2010, o Parque Sólon de Lucena foi oficialmente inaugurado em 1939 como parque urbanizado. Em 1940, no governo do prefeito Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega (1938 – 1940), foi contratado o paisagista Roberto Burle Marx para uma nova etapa de intervenções urbanísticas alinhadas aos moldes do disciplinamento e embelezamento urbano que estavam sendo realizados em várias partes do país ao longo das primeiras décadas do século XX. As intervenções que se seguiram, além das características visuais citadas anteriormente, também priorizaram o saneamento das vias urbanas, o que conferiu ao local características de desenvolvimento avançado para a época, fazendo com que o Parque passasse a ter um simbolismo cada vez maior para a cidade.

De acordo com Fernandes (2018), após a execução da nova etapa de intervenções urbanísticas, o Parque Sólon de Lucena chega a década de 1950 com *status* de maior ponto de atração da cidade, sendo definitivamente integrada a sua dinâmica social, devido ao seu potencial turístico, enquanto espaço de contemplação e como importante áreas de lazer (Figura 7). Nesse contexto, surgem um sentimento crescente de orgulho, tanto por parte da população quanto por parte das administrações, e uma relação de pertencimento por parte da população em relação a este espaço público desprezado outrora.

Figura 7: Parque Sólon de Lucena, 1957.



Fonte: Tibor Jablonsky, 1957. Biblioteca digital IBGE.

As contribuições fornecidas por Fernandes (2018) apontam que após a realização das intervenções planejadas por Roberto Burle Marx, a Lagoa entra num longo período sem grandes projetos estruturantes, recebendo apenas reparos pontuais de acordo com as necessidades mais

urgentes, o que teria, segundo a autora, levado este espaço público a uma condição de desprestígio perante a sociedade pessoense da época:

A perda de prestígio desse Parque pode ser identificada pela falta de investimentos a ele direcionados por décadas seguidas, desencadeando um processo de abandono da área, que teve como característica principal a considerável diminuição da sua percepção de espaço público apto ao exercício das sociabilidades urbanas (FERNANDES, 2018, p. 28).

Ainda segundo Fernandes (2018), neste mesmo período, a “Lagoa” exerceu sua condição de centralidade, atraindo para seu entorno uma dinâmica comercial expressiva. A sua transformação em área comercial inseriu novos atores e modificou as relações da população com esse espaço público, fazendo com que o Parque perdesse a sua essência original no que diz respeito às suas funções:

[...] somado à consolidação do centro comercial da cidade nos seus arredores, assim como à sua posição estratégica como importante rota do sistema viário municipal e, mesmo tendo reconhecida sua relevância histórico cultural, a Lagoa passa a ser identificada enquanto espaço de passagem e não de permanência. Visando à alteração desse quadro, a recente Revitalização empreendida busca a retomada das dinâmicas originariamente atribuídas ao Parque Sólon de Lucena, notadamente relacionadas ao lazer e a contemplação da natureza que o circunda (FERNANDES, 2018, p. 29).

Durante as décadas seguintes, o Parque Sólon de Lucena assumiu, conforme discutido nas linhas anteriores, uma condição de protagonismo na cidade de João Pessoa-PB, se tornando o lugar do encontro das pessoas, palco de importantes acontecimentos como festividades, manifestações de cunho variado e também de algumas tragédias. Segundo Brito (2011), em 24 de agosto de 1975, durante as comemorações da semana do exército, um barco da entidade (Figura 8), com capacidade para 80 pessoas, afundou na “Lagoa” quando conduzia cerca de 150 pessoas, vitimando de forma fatal 35 destas, das quais a grande maioria eram crianças. O incidente chocou a população na época e fez com que muitas pessoas criassem uma imagem negativa do local.

Figura 8: Matéria mostra embarcação disponibilizada pelo Exército Brasileiro para passeios no Parque Sólón de Lucena.



Fonte: Jornal “A União” do dia 23 de agosto de 1975.

Ante o cenário discutido nos parágrafos anteriores, de precarização da estrutura do Parque e de todas as transformações as quais a área era submetida, Paulino (2010) aponta que em 1975, o então prefeito Hermano Almeida (1975 – 1979), contrata o escritório Senas Caldas e Polito para desenvolver um projeto de reurbanização do Parque. A demora no andamento dos trabalhos e os transtornos causados durante a obra, que não trouxe mudanças significativas na estrutura do Parque, deixaram a população ainda mais insatisfeita. A referida obra só foi entregue no mandato do sucessor, Damásio Barbosa da Franca (1979 – 1983). Ainda segundo Paulino (2010), durante toda a década de 1980 o Parque, que a essa altura contava com um comércio bastante dinâmico ao seu redor, e também com a presença de um grande número de camelôs e vendedores ambulantes, não foi contemplado com nenhuma intervenção e passou a acumular problemas estruturais, acentuando ainda mais o distanciamento da população desta área enquanto espaço público de lazer e contemplação.

Porém, foi exatamente no início dessa década que foi realizado o tombamento do Parque Sólón de Lucena pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, em 26 de agosto de 1980, através do decreto 8.653.

Após esse período de abandono, o Parque volta a receber uma intervenção. Um novo projeto de reurbanização é posto em prática a partir de 1993, no governo do prefeito Francisco Xavier Monteiro da Franca (1993 – 1996). A obra atendeu a um clamor da população incomodada com a deterioração das calçadas e bancos, com o acúmulo de lixo e com a falta de

organização do comércio no Parque, produzindo uma paisagem pouco atrativa. A intervenção recuperou alguns equipamentos do Parque, cercou os canteiros de jardins e trouxe como grande contribuição a construção das ilhas de quiosques e a padronização e ordenamento das barracas dos ambulantes, que foram distribuídas ao longo dos pontos de parada ônibus (PAULINO, 2010).

No governo do prefeito Cícero Lucena (1997 – 2004) foram realizadas apenas obras pontuais, como a limpeza e dragagem da lagoa, na tentativa de melhorar a qualidade da água e evitar os transbordamentos em períodos chuvosos, que atingiam o asfalto e os pontos de parada dos ônibus, prejudicando a mobilidade urbana, e o reparo de calçadas, bancos e cercas. E, finalmente, no governo do prefeito Ricardo Coutinho (2005 – 2010) também não foram produzidas transformações significativas na estrutura do Parque. Foi construído o monumento artístico que homenageia o escritor paraibano Ariano Suassuna, denominado Monumento a Pedra do Reino (Figura 9), e realizados reparos pontuais, como a elevação do nível da calçada no entorno do espelho d'água (PAULINO, 2010).

FIGURA 9: Monumento a Pedra do Reino, no Parque Sólon de Lucena.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Por fim, na gestão do prefeito Luciano Cartaxo Pires de Sá, que teve início em 2015 e está no seu segundo mandato, foi realizada, sem sombra de dúvidas, a intervenção mais

profunda, que contou com a construção de um anel sanitário, para tentar solucionar de vez o problema da poluição do espelho d'água, e principalmente com a supressão do “anel interno” para o fluxo de automóveis, em seu lugar construindo um “calçadão”, alterando significativamente as dinâmicas de uso e apropriação de todo o Parque, sendo este o foco da nossa análise sob a luz da ciência geográfica.

### 2.3 AS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA GESTÃO LUCIANO CARTAXO NA “LAGOA”

No dia 05 de agosto de 2013, em um evento realizado no restaurante Cassino da Lagoa, na ocasião dos 428 da cidade de João Pessoa-PB, foi anunciada pelo prefeito Luciano Cartaxo a abertura da licitação para as obras estruturantes do Parque Sólon de Lucena, denominada “Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa)”.

“Temos discutido este projeto há muito tempo com uma ideia em mente. Não queremos mais medidas paliativas no Parque Sólon de Lucena. Queremos soluções definitivas. O grande objetivo é devolver à Lagoa a sua condição de parque e trazer de volta as famílias para momentos de lazer e contemplação. O centro da cidade precisa de um espaço adequado que ofereça cultura, esporte e contato com o meio ambiente”, declarou o prefeito Luciano Cartaxo (Trecho de notícia, site PMJP, 05/08/2013).

No dia 10 de abril de 2014 o prefeito autoriza o início das obras com a participação das secretarias municipais de Infraestrutura (Seinfra), Planejamento (Seplan), Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e Meio Ambiente (Semam). A obra orçada inicialmente em 20 milhões apresentava prazo de conclusão entre 12 e 18. O projeto de revitalização do Parque foi dividido em três grandes etapas, as quais apresentaremos a seguir:

A primeira fase do projeto teve como foco principal o espelho d'água. Objeto principal do parque, o espelho d'água do Parque Sólon de Lucena se tornou ao longo do tempo um dos principais problemas deste espaço público. Devido à falta de intervenções que o protegesse ao longo do rápido crescimento urbano a sua volta, a lagoa sofreu durante décadas com o lançamento de esgotos clandestinos, contribuindo de forma determinante para a piora da qualidade da água, e com os constantes transbordamentos nos períodos chuvosos (Figuras 10 e

11). Tais problemas afetavam diretamente visitantes, passantes e comerciantes, seja pelo mau cheiro, seja pelos alagamentos que chegavam a atingir os pontos de parada dos ônibus.

Figura 10: Poluição na lagoa do Parque Sólton de Lucena.



Fonte: <http://www.brejo.com>

Figura 11: Lagoa transborda e invade pista e calça no Parque Sólton de Lucena.



Fonte: <http://www.jornaldaparaiba.com>

Segundo a PMJP, foram retirados da lagoa, inclusive com o auxílio de uma balsa, que possibilitou o uso de uma draga, cerca de 220 toneladas de resíduos sólidos que foram reaproveitados para uso em aterros sanitários (Figuras 12 e 13). Ainda segundo a gestão municipal, a retirada dos detritos proporcionou um aumento da profundidade da lagoa para 3,8 metros, sendo condição fundamental para melhoria da qualidade da água.

Figura 12: Retirada de detritos da lagoa do Parque Sólon de Lucena.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Figura 13: Dragagem da lagoa com auxílio de balsa.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Também foram construídos um novo muro de contenção para aumentar a resistência contra as águas, principalmente nos períodos mais chuvosos, evitando também o assoreamento do espelho d'água, e um cinturão de proteção sanitária com 1200 metros de extensão, para a captação de esgotos lançados de forma clandestina, direcionando-os a rede de esgotos da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA), garantindo assim que a lagoa recebesse

apenas água das chuvas. Tais intervenções, tanto o aumento da profundidade quanto a interceptação dos lançamentos clandestinos de esgotos, foram responsáveis pela melhoria da qualidade da água, minimizando um problema antigo relacionado ao mau cheiro exalado pela lagoa, que incomodava passantes, comerciantes e turistas.

Por fim, foi realizada a construção de um túnel para o escoamento das águas da lagoa em direção ao Rio Sanhauá (Figura 14) com o objetivo de resolver definitivamente os problemas relacionados ao transbordamento da lagoa nos períodos chuvosos. A obra utilizou um método não destrutivo, sendo executada no subsolo, semelhante aos métodos utilizados na construção de linhas de metrô subterrâneos, causando menos transtornos a rotina da população. O túnel tem início na Avenida Padre Meira e se estende, por 684 metros, até a Avenida Guedes Pereira, nas imediações do Paço Municipal, onde foi interligado a uma rede de canais já existentes que escoam as águas pluviais.

Figura 14: Prefeito vistoria as obras do túnel para escoamento de águas da lagoa.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Segundo a administração municipal, somente nesta primeira etapa, foram investidos recursos da ordem de 20 milhões de reais. Exatamente em relação a esta etapa, mais precisamente nas obras de desassoreamento e construção do túnel, estão sendo investigadas

possíveis irregularidades na licitação e execução das obras, o que motivou a deflagração da operação Irerês<sup>1</sup>.

Na segunda etapa do projeto, com o objetivo de transformá-la em um parque com opções de lazer, esporte, cultura e arte, foi desenvolvido um plano de urbanização para a “Lagoa”. A primeira fase desta segunda etapa empreendeu o alargamento do anel externo para adequação do trânsito no entorno do Parque. Para realização desta etapa, foi preciso realizar a troca de parte do solo no anel externo e a posterior pavimentação asfáltica (Figura 15). O anel externo passou a contar com duas faixas exclusivas para os transportes coletivos e duas faixas para o fluxo dos automóveis, sem que estas faixas se cruzem.

Figura 15: Prefeito Luciano Cartaxo vistoria as obras de alargamento do anel externo do Parque Sólon de Lucena.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Com o alargamento do anel externo, a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB) pôde instalar a sinalização de trânsito naquele local, liberando para circulação de veículos e realizar a interdição do anel interno para a realização das intervenções paisagísticas no anel interno.

---

<sup>1</sup> Operação deflagrada pela Polícia Federal em 02/06/2017 para investigar irregularidades em um contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. As irregularidades estariam relacionadas as etapas de licitação e execução da primeira fase das obras de Revitalização do Parque Sólon de Lucena.

Alguns problemas relacionados a esta segunda fase, como a supressão de árvores e de vagas de estacionamento, serão discutidos no capítulo seguinte, quando trataremos os principais conflitos desvelados por esta pesquisa.

A terceira e última etapa teve como objetivo consolidar o Parque Sólton de Lucena como equipamento social, cultural e turístico de grande expressão estadual, regional e nacional, bem como implantar memoriais de grandes vultos e intelectuais paraibanos, como Pedro Américo, Augusto dos Anjos, Epitácio Pessoa, José Américo, Maestro José Siqueira, José Lins do Rego, Celso Furtado, Jackson do Pandeiro e Sivuca. Foram realizadas as intervenções paisagísticas na área que abrigava o antigo anel interno. A supressão deste espaço antes destinado ao trânsito se configura como a principal intervenção do projeto de revitalização do Parque e também será discutida a seguir no terceiro capítulo, quando trataremos dos novos usos, formas de apropriação deste espaço e dos conflitos produzidos, como fora citado anteriormente.

Nesta etapa houve a reforma de diversos equipamentos, como das ilhas de lanchonetes e sanitários, e a instalação de outros, como parques infantis, pista para prática de esportes, praças e postos policiais, para a Polícia Militar e Guarda Civil Municipal. Ao todo, segundo a administração municipal, são 35 mil metros quadrados de passeios pavimentados e ligados as 4 entradas do Parque, onde se pode contemplar espécies de fauna e flora, promovendo, ainda que de forma profundamente artificializada, um contato com a natureza bem no centro da cidade.

Após quase dois anos em obras, investimentos superiores a 37 milhões de reais, e divergências em relação ao projeto inicial (Figuras 16 e 17), foi inaugurado oficialmente em 12 de junho de 2016 o novo “Parque da Lagoa”.

Figura 16: Imagem divulgada na ocasião do anúncio da obra, com dois *piers*.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Figura 17: Imagem divulgada pela PMJP após aprovação do projeto pelo IPHAEP.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Esta foi, sem sobra de dúvidas, a maior intervenção sofrida por este importante espaço público para os pessoenses desde a sua urbanização, realizada na década de 1920. Tais transformações produziram diferentes impacto nas formas de uso e apropriação por parte da população que frequenta o parque, produzindo novos conflitos, sendo este o objetivo principal deste trabalho monográfico.

### 3. O “PARQUE DA LAGOA”: AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS SOB ANÁLISE

Neste capítulo iremos analisar de forma mais criteriosa, a luz da ciência geográfica, as últimas intervenções empreendidas no nosso objeto de estudo por parte da PMJP denominada “Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa)”. Num primeiro momento, destacaremos as principais nuances relacionadas às transformações produzidas neste espaço público ao longo desse processo, buscando elucidar alguns questionamentos surgidos a partir das pesquisas documentais e das observações diretas realizadas no parque.

A supressão do anel interno para o trânsito, substituindo-o por um “calçadão” para pedestres e praticantes de atividades físicas merece destaque na nossa análise, por ser esta a mudança mais significativa e responsável pelas principais alterações nas dinâmicas de uso e apropriação deste espaço público por parte da população.

Posteriormente, pretendemos discutir os novos e velhos usos a partir da resignificação do espaço e das relações sócio-espaciais experienciadas durante a pesquisa no parque após as últimas intervenções, a fim de descortinar conflitos, contradições e as potencialidades do espaço público na cidade do capital.

#### 3.1 O “ANEL INTERNO” PARA OS PEDESTRES: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Como já fora abordado no capítulo anterior, uma das etapas do processo de Revitalização do Parque Sólon de Lucena envolveu a alteração na dinâmica dos dois “anéis” da Lagoa (Figura 18). Em relação ao anel interno, houve a interdição da área antes composta por uma via de elevadíssimo fluxo de automóveis e inúmeros pontos de parada de ônibus. Todo este fluxo foi deslocado para o anel externo, que contou com obras de alargamento para atender tal demanda.

Figura 18: Imagem de satélite com os “anéis” da Lagoa.



Fonte: Google Earth. Editado pelo autor (2019).

A medida teve por objetivo conceder a este espaço público a condição propriamente dita de parque. Após a retirada do fluxo de automóveis e das paradas de pontos de ônibus, foram empreendidas as intervenções paisagísticas, com a instalação de diversos equipamentos, que podemos discutir nesta pesquisa como reestruturação e refuncionalização do Parque, por entendermos que tais intervenções não apenas alteraram antigos usos e formas de apropriação deste espaço como também criaram novas possibilidades, alterando significativamente a dinâmica do parque e as relações sócio-espaciais que ali se desenvolvem.

Para Souza (2013, p.70) “por trás de uma refuncionalização e de uma reestruturação pode haver fatores econômicos, políticos e ideológicos, frequentemente combinados”. A presença destes fatores não costuma surgir de forma harmônica no que tange as políticas públicas, contribuindo para o tensionamento das relações sócio-espaciais.

A partir desta compreensão, buscamos identificar a presença de tais fatores como motivadores do projeto de revitalização empreendido por parte da PMJP. Em relação ao fator econômico, podemos destacar que as intervenções empreendidas visaram transformar o espaço numa área de novos usos, mudando também o perfil do público que o frequenta, representando também um incremento a atividade turística, dado seu potencial enquanto atrativo paisagístico.

Serpa (2011) discute, a partir de seus estudos em Salvador - BA e na capital francesa, Paris, os processos de elaboração e de concepção dos parques públicos enquanto equipamentos urbanos utilizados como instrumentos de concretização de grandes programas imobiliários que visam a valorização fundiária:

Os discursos oficiais colocam sempre em primeiro plano as virtudes encarnadas por esse tipo de equipamento sem, no entanto, excluir seu valor econômico, menos sedutor do ponto de vista ideológico, mas determinante para a realização desse tipo de operação urbana (SERPA, 2011, p. 41).

A referida estratégia de valorização imobiliária abordada acima fica clara no caso da Revitalização do Parque Sólon de Lucena, conforme matéria encontrada no próprio site da PMJP (Figura 19), onde são apresentados dados estatísticos que quantificam tal valorização na capital paraibana após a realização da obra.

Figura 19: Matéria no site da PMJP divulgando análises de valorização imobiliária na capital após as intervenções empreendidas.

Acesso a Informação Portal da Transparência Transparência Fiscal

PREFEITURA DE **JOÃO PESSOA**  
MAIS RESULTADOS. VIDA MELHOR

CIDADÃO TURISTA EMPRESA SERVIDOR SIC

» Infraestrutura » Notícias » Obras executadas pela PMJP valorizam imóveis em...

## Obras executadas pela PMJP valorizam imóveis em mais de 12%

Por - em 07 nov 15 653

**Glaudence Nunes**

Obras de infraestrutura realizadas pela prefeitura de João Pessoa estão valorizando os imóveis da Capital paraibana em mais de 12%, segundo explicações do presidente interventor do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 21ª Região/PB (Creci-PB), Francisco de Assis Cordeiro. Segundo ele, pavimentação, construção de escolas, postos de saúde, habitações e equipamentos comunitários, entre outros, agregam valores aos imóveis tanto para a venda quanto para o aluguel, aponta.

A proximidade de intervenções estruturais ou de mobilidade garante a valorização dos imóveis em 12% ou mais. A obra de revitalização e modernização do Parque Sólon de Lucena é um exemplo disso. "Depois de entregue pode ter certeza que os bens das pessoas que ali residem ou comercializam vão se valorizar entre 5 até 12% a mais", avalia Assis.

Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Em relação ao fator político, nosso objeto de estudo despertou o interesse de vários gestores municipais ao longo da sua história, com o objetivo político de marcar seus respectivos mandatos, produzindo efeitos na posteridade, tendo em vista a notoriedade e importância

econômico-cultural do Parque Sólon de Lucena. No evento que marcou a autorização do início das obras, em 2014, o gestor municipal, em seu discurso, pontua exatamente essa questão em entrevista disponível no site da PMJP:

“Este governo possui não só obstinação, mas muita coragem para assumir o desafio de transformar a Lagoa do Parque Sólon de Lucena em benefício da população. Em quase 100 anos foram feitas apenas intervenções pontuais, que nunca cumpriram o objetivo de mudar a Lagoa de forma efetiva. Tivemos a capacidade de elaborar projeto e buscar recursos e hoje podemos iniciar esta obra que vai devolver o Parque Sólon de Lucena para as famílias de João Pessoa”, declarou o prefeito Luciano Cartaxo (Trecho de notícia, site PMJP, 11/04/2014).

Ao pensarmos a respeito do fator ideológico, destacamos a tentativa de resgatar a identidade do parque para as famílias, fazendo uma higienização da paisagem que não se limita a revitalização física do parque, mas também a partir da retirada dos frequentadores indesejados, como os ambulantes e os moradores de rua.

Conforme constatado por Fernandes (2018), em sua dissertação, ao analisar a idealização e execução da Revitalização do Parque da Lagoa por parte da gestão municipal, a grande maioria dos equipamentos constantes no projeto foi de fato instalada no parque. A autora destaca, após consulta ao Memorial de Reabilitação do Parque Sólon de Lucena<sup>2</sup> que, com exceção do pedalinho e dos caiaques, todos os equipamentos previstos foram instalados. A autora destaca ainda que, na maioria das áreas do Parque, o resultado final se assemelha muito ao que fora idealizado no projeto.

---

<sup>2</sup> Documento elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, em 2015, com detalhes acerca da situação do Parque antes das intervenções e descrição dos objetivos de todas as etapas da Revitalização do Parque, incluindo planejamento urbanístico, paisagístico, o plano de mobilidade urbana e o detalhamento.

Quadro 1: Informações acerca dos equipamentos instalados no Parque da Lagoa.

<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>
Passeios pavimentados	35 mil m <sup>2</sup> , interligados as quatro entradas do parque
Praças	12
Pontos de iluminação	553 (sendo 262 refletores de LED)
Quiosques	07 baterias, com 02 quiosques cada (14 no total)
Posto policial	01 (Polícia Militar e Guarda Municipal)
Banheiros	03 módulos, com 02 banheiros masculinos e 02 femininos cada
Pier	01 (desativado)
Pista de cooper	01
Ciclovía	01
Bicicletário	03
Aparelhos de ginástica	Concentrados em 03 pontos do parque
Playground e caixa de areia	Diversos espalhados pelo parque
Pista de skate	01 (padrão internacional)
Mesa para jogos	01

Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

As pesquisas documentais e a observação direta nos permitiram fazer também uma série de constatações críticas acerca da execução do projeto de revitalização do “Parque da Lagoa”. A primeira delas diz respeito exatamente a mudança no nome do Parque. Como já fora apontado no capítulo 2, o parque passou a se chamar oficialmente “Parque Sólon de Lucena” em 1924, a época das primeiras intervenções urbanísticas desenvolvidas. No entanto, principalmente após a reforma, a PMJP passou a utilizar a denominação “Parque da Lagoa”, o que gerou críticas por parte de familiares de Sólon de Lucena (Figura 20).

Figura 20: Família de Sólon de Lucena critica PMJP por mudança de nome do parque.



07/08/2019

**Família Solon de Lucena protesta contra mudança de nome para Parque da Lagoa**

O bisneto de Solon de Lucena, Paulo Virgínio Lucena, ocupou espaços no **Portal WSCOM** para protestar em nome da família contra a tentativa do prefeito Luciano Cartaxo de mudar o nome para Parque da Lagoa.

Ele lembrou a trajetória marcante do homenageado:

"Solon de Lucena foi Presidente da Parahyba do Norte em 1916 e no quadriênio 1920-1924. Foi responsável, com o suporte fundamental do então Presidente da República e também paraibano Eptácio Pessoa, pelo maior conjunto de obras de infraestrutura que a Paraíba havia presenciado desde a independência do Brasil.

Solon de Lucena construiu ferrovias, rodovias, silos, escolas, centenas de açudes e cisternas, in numa época em que a principal tarefa dos governantes de plantão era enxugar o gelo das grandes crises de fomes e doenças ocasionadas pelas secas e pela falta do mínimo saneamento básico.

Eis a íntegra do manifesto da família:

*'Meu nome é Paulo Virgínio Lucena, e sou bisneto de Solon de Lucena.*

Fonte: <https://www.wscom.com.br>

Também identificamos problemas que dizem respeito a qualidade do serviço executado nas intervenções: com apenas oito dias de inaugurada, a pista para prática de atividades esportivas começou a descascar (Figura 21). Outros problemas relacionados a estrutura do Parque foram notícia e geram polêmica sobre a obra, como os alagamentos nas áreas do Parque (Figura 22), que deveriam ter sido resolvidos após a construção do túnel para escoar as águas da "Lagoa" para o Rio Sanhauá, e o próprio túnel, que se rompeu três vezes nos primeiros seis meses de funcionamento, conforme matéria veiculada na imprensa (Figura 23).

Figura 21: Pista destinada a prática esportiva descasca após 8 dias de inaugurada.



### Oito dias após a inauguração, pintura da pista de ciclismo da "Lagoa" dissolve-se.

**Curtir** Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Vladimir Chaves



Inaugurada, no dia 12 de junho, pelo prefeito Luciano Cartaxo (PSD) como a obra do século da capital paraibana, a revitalização do Parque Solon de Lucena (Lagoa) continua gerando polêmica. Não bastasse as denúncias de superfaturamento por parte dos vereadores da

oposição, a obra não para de apresentar problemas.

Fonte: <http://www.vladimrchaves.com.br>

Figura 22: Alagamento registrado em 11/04/2017, dez meses após inauguração do parque.

**CENTRO**

## Chuva: fotos mostram alagamentos na Lagoa

COMENTÁRIOS:

11/04/2017 às 12h38 • atualizado em 11/04/2017 às 18h22

A- A+



Quem precisou passar pelo Parque da Lagoa nesta terça-feira (11) encontrou dificuldades. Vários pontos de alagamento foram registrados no local em decorrência das fortes chuvas que atingiram a Capital.

Imagens mostram um intenso fluxo principalmente na região onde ficam as paradas de ônibus. A Defesa Civil monitora os bairros da Capital para agir em casos de acidentes.



Fonte: <https://www.maispb.com.br>

Figura 23: Pela terceira vez em 6 meses, túnel se rompe causando transtornos à população.

**NOTÍCIAS PB**

INÍCIO FC TV PONTO DE VISTA FALE CONOSCO

### Obra da Lagoa em xeque: túnel rompe pela 3ª vez, rua alaga e brota peixes, em JP – ASSISTA

By caldeira | Post | 30 Maio 2016



As obras da Lagoa, do Parque Solon de Lucena, passaram por mais uma prova nesta segunda-feira (30) e mais uma vez foram reprovadas.

Fonte: <http://noticiaspb.com.br>

Certamente o caso mais grave está relacionado ao píer. O projeto apresentado inicialmente pela PMJP, como já fora colocado no capítulo 2, apresentava duas estruturas como

esta. Após recomendações do IPHAEP, a prefeitura apresentou outro projeto com apenas um píer. Porém, na prática, o que se viu não foi apenas a supressão de uma das estruturas, mas uma descaracterização completa da remanescente, provocando uma série de críticas a execução da obra e se tornando alvo de piadas por parte dos internautas, como pode ser visto na matéria publicada pelo site G1 (Figura 24), apenas dois dias após a inauguração oficial da obra.

Figura 24: Site publica “meme” compartilhado por internautas ridicularizando a discrepância entre o projeto e a concretização da obra.

14/06/2016 16h57 - Atualizado em 14/06/2016 18h22

## Resultado do novo Parque Solon de Lucena, na Paraíba, gera polêmicas

Iphaep informou que só recebeu um projeto e que este foi aprovado.  
Sepplan disse que o Iphaep fez 10 recomendações ao projeto.

Do G1 PB

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

**EXPECTATIVA**

**NOVO PARQUE DA LAGOA**

**REALIDADE**

Valentina Depressão  
Cute esta página  
11 de junho próximo a João Pessoa

O novo Parque da Lagoa  
Meu coração já tá batendo mais forte! — com  
#parqueidalagoa

de Fotos Comentários Partages

1 mi Principais comentários

1411 partages 100 comentários

Valenteu Depressão E antes que digam que a imagem não é real: É so ir lá conferir no Facebook do Prefeito

Jama Responde 22 11 de junho às 14:43  
#parqueidalagoa #parqueidalagoa #parqueidalagoa

Valenteu Depressão Fala só o prefeito, cade aquele parque todo. Quanto foi gasto mesmo aí encaixando as ruas do valeriano

Vote comentário

Fonte: <http://g1.globo.com/pb>

### 3.2 OS NOVOS E OS VELHOS USOS

A seguir, pretendemos discutir os impactos causados pelas intervenções empreendidas no que tange a forma de apropriação do Parque por parte da população. Nosso objeto de estudo foi, ao longo da história da capital paraibana, e continua sendo, palco dos mais diversos acontecimentos, de ordem política, econômica e social.

A partir da observação direta e da aplicação de questionários semiestruturados com frequentadores e trabalhadores do Parque, procuramos identificar como as antigas formas de apropriação do espaço foram afetadas e quais as novas formas criadas a partir das intervenções empreendidas.

As observações foram realizadas no período de tempo entre os meses de julho e setembro de 2019, em horários variados, com o propósito de observar os diferentes grupos de frequentadores e quais usos os mesmos costumam fazer do Parque. Durante os dias úteis, o movimento aumenta muito em alguns horários específicos: entre 06h00min e 08h00min, principalmente devido aos trabalhadores do comércio e praticantes de atividades físicas; entre o meio dia e as 14h00min, onde muito trabalhadores aproveitam o horário de almoço e estudantes transitam pelo local; e no final da tarde, horário em que o movimento é mais intenso, entre 17h00min e 19h00min, com os trabalhadores e estudantes que encerram suas jornadas, casais de namorados, famílias com crianças e animais de estimação e praticantes de atividades físicas que usam a pista de *cooper*, a ciclovia e as academias ao ar livre.

Durante os fins de semana o perfil dos frequentadores se modifica. Aos sábados, o movimento provocado pelas atividades comerciais desenvolvidas em toda região central da cidade garante um comportamento muito parecido com os dias úteis, com exceção da presença dos estudantes; a partir das 15h00min é possível identificar um aumento significativo de visitantes que vem com a finalidade de aproveitar os equipamentos do parque e desfrutar do espaço. Este movimento se estende até as 21h00, quando o número de frequentadores reduz bastante. Aos domingos, durante as manhãs o movimento é menor, apenas praticantes de atividades físicas e poucos visitantes. No período da tarde e da noite, o movimento aumenta, principalmente devido as atividades desenvolvidas pelo projeto AnimaCentro<sup>3</sup>, mas não se estende para além das 19h00min.

---

<sup>3</sup> Projeto criado pela PMJP, em 2017, para promoção de atividades artísticas e culturais como espetáculos de dança, música, teatro e exposições em espaços históricos revitalizados da cidade de João Pessoa-PB.

### 3.2.1 Os Novos Usos

A revitalização do Parque provocou mudanças não apenas visuais, mas também em relação ao modo como a população se apropria do mesmo. As mudanças mais significativas dizem respeito a supressão do anel interno para o fluxo de veículos, destinando-o apenas aos pedestres, fato este que possibilitou a instalação da pista de *cooper* e da ciclovia (Figura 25) e permitiu a ampliação das áreas verdes, principalmente dos gramados (Figura 26), característica marcante dos parques que não se fazia presente antes da intervenção em questão.

Figura 25: Pista de *cooper* e ciclovia do Parque da Lagoa.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Figura 26: os gramados são encontrados por todo o Parque.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

As intervenções destacadas acima foram responsáveis por produzir novas formas de uso no Parque. A prática de atividades esportivas, como caminhada, corrida e ciclismo foram inseridas neste espaço após a instalação dos referidos equipamentos. Nessa perspectiva, o entrevistado 03 pontua:

[...] Moro a 12 anos aqui próximo a “Lagoa”, mas não utilizava esse lugar [...] durante o dia o movimento de carros e ônibus era muito grande e ficava inviável. Durante a noite era esquisito, sem segurança e muito escuro. Depois que o pessoal do comércio ia embora, não dava pra ficar dando bobeira. (...) agora venho aqui pelo menos três vezes por semana pra caminhar e é outra realidade, tem segurança, iluminação e um espaço só pra gente caminhar. (ENTREVISTADO 03, funcionário público, 46 anos).

O entrevistado 03, morador das imediações do Parque, expõe sua visão otimista em relação a revitalização do Parque, que agora se constitui como um importante espaço público que oferece iluminação à noite, segurança e um espaço apropriado para a prática de atividades físicas, um uso que até então o Parque não tinha, configurando uma nova potencialidade do nosso objeto de estudo.

A segurança inclusive é um dos pontos mais destacados por parte dos visitantes e pela PMJP. O Parque conta com um posto policial que abriga a Polícia Militar e a Guarda Municipal (Figuras 27 e 28), que garantem o policiamento 24 horas por dia.

Figura 27: Posto Policial do Parque da Lagoa funciona 24 horas por dia.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Figura 28: Veículos da Guarda Municipal fazem ronda pelo Parque.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Concordando com essa análise, o entrevistado 05, comerciante que trabalha próximo ao Parque, destaca a importância do policiamento para garantir a tranquilidade dos frequentadores do Parque e compara a situação atual com a anterior a revitalização, a partir da sua experiência pessoal:

Trabalho a oito anos aqui próximo ao Parque. Antes da obra a segurança era muito pouca, a gente não tinha praticamente a quem recorrer no caso de uma ocorrência. [...] quando largava do serviço, já anoitecendo, era perigoso andar por aqui, até nas paradas de ônibus onde tinha muita gente era muito comum ter assaltos. Hoje eu me sinto mais seguro com a presença da Polícia e dos funcionários do Parque. [...] dá até pra aproveitar um pouquinho o parque depois do serviço sem aquela sensação de medo. (ENTREVISTADO 05, 29 anos, comerciante)

Além da instalação da Base que abriga a Polícia Militar e a Guarda Civil, que oferecem segurança aos frequentadores, outro aspecto que merece menção são as opções de recreação para as crianças, encontradas por toda extensão do Parque. Diversos brinquedos de madeira destinados as crianças foram instalados no Parque e, uma das doze praças do Parque foi destinada exclusivamente para esse público, dotada de balanços e gangorras (Figura 29).

Figura 29: Praça da criança conta com balanços e gangorras.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Ainda em relação a diversão para o público infantil, um novo uso nos chamou a atenção durante os trabalhos de campo. A presença de brinquedos móveis para aluguel foi identificada em pelo menos cinco pontos diferentes do Parque (Figura 30).

Figura 30: Brinquedos “pula-pula” instalado no Parque da Lagoa.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Os brinquedos instalados no Parque, que não pertencem a PMJP, configuram uma apropriação privada do espaço público. Observamos, em outros pontos, outros brinquedos

desmontados e cobertos por lonas. Junto aos brinquedos mostrados na Figura 30, o entrevistado 07 explica:

[...] esses brinquedos são meus. Uso esse espaço desde o ano passado. [...] tenho autorização da Sedurb, todo mundo aqui me conhece e nunca tive problemas por conta dos brinquedos. Diariamente estou aqui oferecendo essa opção para os visitantes. [...] conheço outros donos de brinquedos que não tem autorização, que só vêm pra cá nos fins de semana, quando o movimento é maior. (ENTREVISTADO 07, 34 anos, comerciante)

Por fim, outras possibilidades foram criadas a partir da realização da obra de revitalização do Parque. Exemplos são as festas, como de aniversários, por exemplo, que podem ser realizadas no deck do Parque da Lagoa (Figura 31).

Figura 31: Site a PMJP divulga espaço para realização de festas no Parque.

The image shows a screenshot of a news article from the website of the Municipality of João Pessoa (PMJP). The page header includes navigation links for 'Acesso a Informação', 'Portal da Transparência', and 'Transparência Fiscal'. Below the header is the PMJP logo and navigation tabs for 'CIDADÃO', 'TURISTA', 'EMPRESA', 'SERVIDOR', and 'SIC'. The article title is 'Festas e eventos são realizados gratuitamente no deck do Parque da Lagoa', dated August 24, 2016, by Felipe Silveira. The article text describes that various events like birthdays, school parties, and weddings can be held for free on the deck of Parque da Lagoa. It provides an email address, [eventosparquedalagoa@gmail.com](mailto:eventosparquedalagoa@gmail.com), for event booking. A photo shows a decorated table with a cake and gifts. The author is identified as Prícila, the communication and events manager for the park.

Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

Segundo a matéria apresentada na figura 31, a PMJP disponibiliza um endereço eletrônico para o agendamento de data e horário, e ainda disponibiliza apoio logístico, com o fornecimento de mesas e cadeiras de madeira, tudo de forma gratuita. As únicas exigências são

as de prévio agendamento, como citado anteriormente, a limpeza do local após o evento e a proibição do consumo de bebidas alcoólicas.

### 3.2.2 Os Velhos Usos

As formas e o conteúdo do Parque se transformaram e, ao longo do processo, não apenas surgiram novos usos. A grande maioria das velhas funções ainda se fazem presentes, apesar das grandes transformações estruturais, algumas fluem numa nova dinâmica e outras deixaram de existir. Neste subcapítulo faremos uma breve reflexão acerca dos novos significados impostos as antigas apropriações do espaço e de que forma as relações sócio-espaciais desenvolvidas foram afetadas.

Como já mencionado em alguns momentos nesta pesquisa, a supressão do anel interno para o fluxo de automóveis e para os ônibus se constitui como um dos elementos chave para alteração na dinâmica das relações desenvolvidas no Parque. O anel externo foi alargado e passou a receber todo o fluxo de trânsito (Figura 32). Desta forma, entendemos que as intervenções alteraram significativamente a forma do Parque sem, no entanto, eliminar esta função que o mesmo adquiriu historicamente. O Parque da Lagoa continua sendo uma importante rota da mobilidade no centro da cidade, porém, a partir da organização espacial advinda da reestruturação, impôs uma nova dinâmica a essa função.

Figura 32: “Anel externo” alargado, para onde foi deslocado o trânsito no Parque.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Segundo Silva (2015), outra dinâmica alterada, ainda em relação ao trânsito, foi a supressão de 180 vagas existentes nos dois antigos “anéis” do Parque. Os impactos, segundo o autor, foram primeiramente sentidos pelos comerciantes, que reclamaram da queda no movimento devido à ausência das vagas, e financeiro, pois a atividade geraria um lucro de 100 mil reais por mês aos cofres públicos, apenas com as vagas do setor norte do Parque. Em março de 2019, conforme notícia veiculada na imprensa (Figura 33), a Semob abriu 28 vagas de estacionamento rotativo no entorno do Parque para tentar atender à reivindicação da população e dos comerciantes da área.

Figura 33: Matéria veiculada sobre abertura de vagas no entorno do Parque.



Fonte: <https://portalcorreio.com.br>

O comércio é outra vocação marcante do nosso objeto de estudo que merece uma análise geográfica mais criteriosa. Ao longo das décadas pós urbanização do Parque, sua centralidade lhes conferiu um dinamismo comercial intenso, seja no seu entorno, mas principalmente na sua área interna. Nessa perspectiva, dois grupos merecem destaque, a saber: os quiosques e os comerciantes informais.

Os quiosques, como já pontuado no capítulo anterior, foram construídos na década de 1990 e, antes da intervenção sob análise neste estudo monográfico, conforme aponta Fernandes (2018), estavam divididos em ilhas, somando ao todo 46 unidades, com estruturas antigas e condições sanitárias precárias. Após as intervenções, o número de quiosques foi reduzido drasticamente, atualmente são sete baterias com duas unidades cada (Figura 34), totalizando 14 quiosques.

Figura 34: Bateria de quiosques com duas unidades no Parque da Lagoa.



Fonte: Luís Gustavo Costa (2019).

Ainda segundo Fernandes (2018), com a redução no número de quiosques, houve a necessidade da transferência de alguns comerciantes para outros pontos da cidade, como o Terminal de Integração<sup>4</sup>, *Shoppings Populares* e nos mercados da cidade. Sendo assim, alguns critérios foram estabelecidos para a escolha dos que permaneceriam, como a antiguidade e a concordância com as novas regras do Parque, e que esse processo teria acontecido de forma pacífica, tendo sido garantida aos comerciantes a participação nas discussões e tomadas de decisões nesta etapa do processo. Ao ser questionada sobre este processo e sobre a situação atual dos quiosques, a entrevistada 12 afirma:

Teve o direito de escolher os mais antigos. Trabalho aqui na Lagoa a dezesseis anos e pelo projeto que a Prefeitura apresentou, claro que quis ficar. Mas acho que quem foi pra outros lugares se deu bem, o movimento aqui tá muito fraco. Não no Parque, mas na maioria dos quiosques tá parado. [...] ficou tudo bonito, mas só tem movimento mesmo nos fins de semana e quando tem evento. [...] e mesmo assim é ruim, porque nesses dias aparece muito ambulante e atrapalha o nosso negócio. (ENTREVISTADA 12, 42 anos, comerciante)

Como abordado anteriormente, alguns critérios foram adotados para seleção dos comerciantes que permaneceriam no Parque após a redução no número de quiosques. Além da antiguidade, já citada, o outro critério que chama atenção é a concordância com as novas regras do Parque, das quais merecem destaque a proibição na venda de bebidas alcoólicas e também a utilização de qualquer tipo de aparelho de som. Sobre essas regras, o entrevistado 14 comenta:

<sup>4</sup> Terminal de Integração localizado no bairro Varadouro, próximo ao Terminal Rodoviário de João Pessoa-PB, onde é possível fazer conexão entre linhas de ônibus sem a necessidade de pagar outra passagem.

Proibir a venda de bebida atrapalhou muito o nosso negócio. A reforma melhorou a estrutura, deu segurança, mas a gente tinha um público muito bom e agora perdeu por conta disso. [...] não dá pra reclamar, porque quem ficou sabia que seria assim, mas acho que poderiam rever essa regra, nunca tive nenhum problema na minha barraca com conta da bebida. (ENTREVISTADO 14, 52 anos, comerciante)

Em relação aos ambulantes, Silva 2015 lembra que as gestões municipais anteriores promoveram a retirada desses trabalhadores das vias públicas em cumprimento ao artigo nº 24 do Plano Diretor municipal, que versa, entre outros temas, sobre a livre circulação de pedestres nesses espaços. Ainda segundo o autor, a atual gestão permitiu a volta desses trabalhadores e, a partir da entrega da obra, voltou a proibi-los, o que tencionou as relações entre esses trabalhadores e a administração municipal.

Por fim, apesar de todas as transformações estruturais que mudaram a forma e conteúdo do Parque, o mesmo conservou antigas formas de uso, como local de encontros e manifestações diversas. O espaço público analisado nesta pesquisa é simbólico para a cidade e continua sendo palco de importantes acontecimentos, como a manifestação popular em apoio a greve geral convocada em junho de 2019 (Figura 35). A visitação por parte dos moradores e dos turistas (Figura 36), dado o potencial paisagístico para contemplação do Parque e seus equipamentos, foi outro uso que não apenas se manteve, como foi amplificado, principalmente através de iniciativas como a criação do projeto AnimaCentro.

Figura 35: Manifestação da greve geral ocupa o Parque da Lagoa.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'Jornal da Paraíba'. The article is titled "'Greve Geral' afeta transporte público, educação e serviços na Paraíba" and is dated 14/06/2019. The article text states: "Manifestações ao longo do dia afetaram transporte público, educação e serviços na Paraíba." Below the text is a photograph of a large crowd of people gathered in a park area, likely for a public demonstration. To the right of the article content, there are two promotional banners: one for 'ClassiMÓV' with a search icon and the text 'Clique e acesse', and another for 'EUFISCA'.

Fonte: <http://www.jornaldaparaiba.com.br>

Figura 36: Potencial turístico do Parque foi ampliado com a revitalização.



Fonte: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

### 3.3 CONFLITOS

Grande parte das nossas inquietações geográficas, que motivaram, inclusive, a escolha do tema e deste objeto de estudo, residem sobre a identificação e compreensão dos conflitos produzidos a partir do processo de revitalização empreendido no Parque da Lagoa.

A grande diversidade de usos e formas de apropriação do Parque advém de suas potencialidades turísticas, como espaço de lazer e contemplação, e de sua vocação historicamente constituída para o comércio e para os transportes. Essa dinâmica promove a interação entre um público bastante heterogêneo, nos colocando numa condição reflexiva frente a essas interações e aos conflitos existentes.

Como já discutido anteriormente, a centralidade do Parque e o desenvolvimento da sua vocação comercial o transformou numa importante rota da mobilidade urbana. A revitalização promoveu a reorganização do trânsito no local. A partir da interdição do anel interno, houve o deslocamento do fluxo para o anel externo, que foi alargado para atender a tal demanda, e a supressão de áreas de estacionamento. E é exatamente neste ponto que residem os conflitos. Como mostrado anteriormente, a supressão das vagas causou descontentamento ao frequentadores e comerciantes locais, não sendo a PMJP capaz de apresentar uma solução para

o problema. A estrutura para os pontos de paradas de ônibus também é questionada, como identificado na fala da entrevistada 02, que discorre:

Pego ônibus aqui todos os dias. [...] os abrigos são pequenos e não dá pra todo mundo, quando chove a gente não tem como se abrigar e quando o sol está forte a mesma coisa. Não tem banco pra gente sentar. [...] nos horários de mais movimento fica uma loucura, os ônibus demoram muito a passar aqui e forma um grande engarrafamento. (ENTREVISTADA 02, 19 anos, estudante)

A atividade comercial também apresenta algumas inflexões. Já abordamos anteriormente que a revitalização promoveu mudanças para o comércio formal, com a redução no número de quiosques e os critérios para permanência, e para o comércio informal, com a proibição da atuação na área do Parque. A proibição da comercialização de bebidas alcoólicas provoca descontentamento entre os comerciantes que ocupam os quiosques, apesar da concordância no momento da escolha de permanência. A presença dos ambulantes nos dias de eventos e a concorrência nas imediações também são apontadas pelos comerciantes do Parque, como pontos de divergências.

Apesar da proibição, encontramos formas de apropriação do espaço público por parte de comerciantes informais, como o caso já mencionado dos proprietários de equipamentos infantis, como pula-pula, brinquedo infláveis e quadricículos. O depoimento do entrevistado 09, que trabalha como Guarda Municipal no Parque, nos ajuda a entender essa dinâmica:

Nosso papel é trabalhar com a vigilância ostensiva e na identificação de atividades irregulares no Parque. Não tenho estatísticas, mas as ocorrências são poucas. Durante a semana praticamente não ocorrem. Nos fins de semana e nos feriados, com o movimento maior, intensificamos as rondas e fazemos abordagens bem como recebemos mais denúncias de irregularidades. [...] as mais frequentes são o uso de bebidas alcoólicas, que é proibido no Parque, e a atividade de ambulantes, que repassamos para o pessoal da Sedurb resolver. [...] o pessoal que traz brinquedo é cadastrado na Prefeitura e quem cuida deles é a Sedurb. (ENTREVISTADO 09, 31 anos, Guarda Municipal)

Pegando o viés dos conflitos elencados pelo entrevistado anterior, ouvimos também o entrevistado 10, policial militar que também trabalha no Posto Policial do Parque. Este, comenta sobre a rotina do Parque:

É uma área de lazer, então o público que frequenta é mais tranquilo. [...] as ocorrências mais registradas são pequenos furtos, como de bolsas e celulares, principalmente nos dias de grandes eventos. [...] nos dias em que acontecem

manifestações também como acionados para contenção de excessos por parte dos manifestantes. [...] a presença do policiamento 24 horas por dia e a iluminação durante a noite inibem a ação dos meliantes. (ENTREVISTADO 10, 37, policial militar)

A partir da observação direta, constatamos alguns conflitos existentes entre os usuários do Parque, como a utilização da ciclovia para caminhada. Ao longo do trajeto de aproximadamente 1 quilômetro, várias placas alertam os pedestres para esta divisão de espaços. Numa das visitas, presenciamos um funcionário do Parque orientando uma pedestre, que caminhava pela ciclovia, a caminhar pela pista de cooper. Após a abordagem, questionamos o funcionário, nosso entrevistado 18, sobre a ação eventuais outros conflitos no Parque:

Sempre acontece. As pessoas acabam se distraíndo e as vezes nem percebem que estão caminhando na ciclovia. O problema é que as vezes os ciclistas andam em alta velocidade e corre o risco de acidentes. [...] nosso papel é cuidar para que as pessoas utilizem o Parque de forma correta. [...] os problemas mais frequentes são as pessoas que chegam muito próximas a borda da Lagoa, o contato com os animais soltos no Parque, as pessoas que destroem os jardins e o mau uso de alguns equipamentos, como os brinquedos e os aparelhos de ginástica. [...] estamos aqui para orientar os visitantes. (ENTREVISTADO 18, 35 anos, funcionário do Parque)

Por fim, algumas áreas do Parque, principalmente à noite, com o movimento menor e a iluminação insuficiente, também eram ocupadas por moradores de rua, usuários de drogas, pedintes e utilizadas como ponto de prostituição (PAULINO, 2010). Segundo o entrevistado 09, a ocorrência destes fatos diminuiu bastante após a revitalização:

Diminuiu bastante. Antes existia famílias inteiras que improvisavam moradia na Lagoa, hoje existe uma vigilância maior no sentido de não permitir que essas pessoas montem barracas e tragam seus pertences para se instalarem aqui. [...] com a instalação do posto policial e a melhoria na iluminação, também diminuiu bastante o número de usuários de drogas e do pessoal que faz programa. A reforma ajudou muito (ENTREVISTADO 9, 31 anos, Guarda Municipal).

A reprodução do espaço público a partir do processo de revitalização do Parque da Lagoa alterou a estrutura do espaço público em questão, trazendo novas formas, significados e claro, produzindo novas relações sócio-espaciais. Os interesses que nortearam o planejamento e execução do projeto, que já foram debatidos anteriormente, são diversos e não surgem de

forma harmônica. Desta forma, os diversos atores sociais são postos frente a frente, produzindo os conflitos observados a partir da observação direta.

Os antigos usos também sofreram alterações a partir da revitalização, seja pela instalação de novos equipamentos, seja pela determinação das novas “regras” de funcionamento do Parque, produzindo contradições entre perfis distintos de frequentadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e reflexões presentes nesta pesquisa nos permitiram discutir o processo de reprodução do espaço público na cidade de João Pessoa-PB. A escolha do objeto de estudo, motivada por uma série de inquietações científicas, fez parte dos nossos intentos de contribuir com a produção acadêmica acerca da problemática mencionada anteriormente.

Não restam dúvidas acerca do simbolismo do Parque Sólon de Lucena, hoje tratado como “Parque da Lagoa” pela atual gestão municipal, para os pessoenses. Este espaço foi, e continua a ser, locus do desenvolvimento das relações sociais, da realização da vida, a partir de suas potencialidades historicamente constituídas e, após a última intervenção urbanística empreendida, foco da análise nesta pesquisa, novos usos surgiram a partir das novas formas atribuídas ao espaço.

As intervenções sob análise no presente estudo provocaram mudanças profundas nas relações forma/conteúdo do espaço público em questão. Nessa perspectiva, as principais mudanças estão relacionadas ao aspecto estrutural do Parque. Constatamos a resolução de problemas antigos, como os frequentes transbordamentos do espelho d’água nos períodos chuvosos que provocavam transtornos aos comerciantes, pedestres e a fluidez do trânsito; e a melhora na qualidade da água, embora longe do que fora prometido no projeto inicial, melhorou o aspecto visual e sanou a questão do mau cheiro exalado, decorrente dos lançamentos clandestinos de esgotos. Tais mudanças foram essenciais para o resgate do sentimento de estima dos frequentadores pelo espaço.

Antigos usos foram resgatados e novos foram criados a partir da conclusão da obra, principalmente devido à instalação dos novos equipamentos, como brinquedos e parques para crianças, academias de ginástica, pista de cooper e ciclovia para praticantes de atividades físicas.

A instalação do posto de policiamento, para agentes da Guarda Municipal e da Polícia Militar, oferece segurança 24 horas por dia aos frequentadores do Parque. A reforma nas baterias de quiosques e nos banheiros representou uma melhoria na infraestrutura básica, oferecendo mais conforto e qualidade do ponto de vista sanitário.

Porém, a mudança mais profunda diz respeito a supressão do antigo anel interno para o fluxo de automóveis, deslocado para o anel externo que foi alargado, para atender a nova demanda. Para este espaço foram deslocados também os pontos de paradas de ônibus, deixando

o livre o espaço do anel interno para a instalação de todos os equipamentos anteriormente mencionados, que juntamente com a recuperação e ampliação dos gramados, resgatou a característica de parque à “Lagoa”.

Ao realizarmos um recorte temporal dos últimos cinco anos, dos quais dois destes foram dedicados as obras e três, após a sua conclusão, foram constatados inúmeros conflitos e contradições já mencionados nos capítulos que precedem estas considerações.

Problemas com a execução de algumas etapas do projeto, como o rompimento do túnel para o escoamento das águas da Lagoa, colocaram em cheque a qualidade dos serviços realizados. A deflagração da operação Irerês pôs sob suspeita o processo licitatório, apontado problemas na execução da primeira fase das obras. As diferenças entre o que constava no projeto inicial e o que foi instalado, como no caso do *pier*. As novas regras do Parque, embora aceitas num primeiro momento, causam o descontentamento dos comerciantes que permaneceram no local, sobretudo no que diz respeito a proibição na comercialização de bebidas alcoólicas, mas que reclamam também do movimento abaixo das expectativas criadas, quando da apresentação do projeto, e da concorrência com ambulantes nos dias de maior movimento. E, claro, a mudança no perfil dos frequentadores, a partir de medidas que buscaram evitar a presença de grupos que destoassem do perfil preterido, como os ambulantes, pedintes, prostitutas e moradores de rua, denotando um caráter de segregação social.

Outra constatação de grande valia para este estudo foi a percepção de que o Parque deixou de ser apenas um local de passagem e se tornou um local de permanência. Neste sentido, a destinação do anel interno aos usuários e toda infraestrutura instalada foram determinantes para que tais mudanças ocorressem.

Alguns padrões, de acordo com dias e horários, também foram observados. De maneira geral, cresceu o movimento de frequentadores no Parque em todos os dias e horários. A mudança no perfil dos frequentadores, desejada pela atual gestão municipal e apresentada anteriormente aconteceu. Hoje, o Parque é de fato um local destinado às famílias, não apenas nos fins de semana e feriados. Os moradores das imediações, trabalhadores do Centro da cidade e os estudantes das escolas próximas também ganharam um espaço agradável para descansar, passear, namorar e praticar atividades físicas. Mas não apenas estes. A “Lagoa” hoje recuperou seu potencial de atrair frequentadores de toda a cidade, seja para contemplação do espaço e utilização dos equipamentos instalados, seja pelos projetos desenvolvidos que realizam atividades de cultura e lazer no Parque.

A experiência de consumir esse espaço hoje é sem sombra de dúvidas mais agradável e prazerosa. No entanto, basta um olhar mais atento, reflexivo e crítico, próprio do pesquisador social, para perceber a existência de tantos outros conflitos e contradições. A Revitalização do Parque Sólon de Lucena acaba se tornando um elemento de um projeto maior, com fins políticos e econômicos, que visa a dinamização da economia e a valorização imobiliária. Nessa perspectiva, acaba se reproduzindo uma contradição no que diz respeito à natureza do espaço que, embora público, acaba não sendo comum a todos, na medida em que se pretere alguns grupos em detrimento de outros.

Nesse sentido, fica evidente que a ação do Estado ao conceber esse tipo de projeto promove a mercantilização dos espaços públicos, denotando um forte alinhamento a lógica de produção e reprodução do sistema capitalista, a partir de padrões que não só homogeneízam esses espaços públicos, como criam restrições aos seus frequentadores. O projeto “Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena (Lagoa)”, empreendido pela PMJP, embora tenha resolvido antigos problemas do Parque e criado novas possibilidades, institucionalizou as contradições discutidas, precarizando o desenvolvimento das práticas cotidianas de forma indistinta, em nome de um projeto de promoção pessoal e de valorização imobiliária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de Joao Pessoa: a memória do tempo.** Joao Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1992.
- ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. **Espaços Públicos em João Pessoa (1889-1940) Formas, usos e nomes.** (Dissertação de Mestrado). São Carlos. 2006.
- BRITO, Gilvan de. **Opus Diaboli: A Lagoa e Outras tragédias.** João Pessoa: Editora Moura Ramos, 2011.
- CARLOS, A. F A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.
- CORRÊA, R.L. **Processo, forma e significado - uma breve consideração.** Publicado no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 10/11/2009. Disponível em: [http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Processo\\_Forma\\_Significado.htm](http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Processo_Forma_Significado.htm).
- CRUZ, Elianete Lira. 2011. **Praça da Paz: espaço público na cidade de João Pessoa-PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- FERNANDES, Nayara Gonçalves Rosas. **A Revitalização do Parque Sólon de Lucena (João Pessoa – PB): usos, formas e significados.** (Dissertação de Mestrado). Pró Reitoria de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Estadual da Paraíba.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.
- LEFEBVRE, Henri. *Laproduction de l'espace.* Paris: Anthropos. 1981.  
 \_\_\_\_\_ . **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LIMA, Thiago Almeida de. **Zonas Especiais de Interesse Social: a institucionalização da segregação sócio-espacial em João Pessoa-PB.** 2012. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.  
 \_\_\_\_\_ . **O Hiperpreariado em Movimento: a territorialização contraditória da luta por moradia em João Pessoa-PB.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- MAIA, Doralice Sátyro. **Notas sobre a urbanização da cidade de João Pessoa: do processo e do seu reverso** IN: **Revista Paraibana de Geografia Número 1.** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Impasse da Política Urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2017.
- PAULINO, Maria da Conceição Pereira. **História e Urbanização: Liminaridades no Parque Sólon de Lucena, João Pessoa/PB.** ENANPARQ, Cidades, culturas contemporâneas e urbanidades. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/209/209-318-1-SP.pdf>> acesso em 01/03/2017.

SANTOS, M. **Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico**. In: Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SERPA, Ângelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Daniel Gomes da. **Parque Sólon de Lucena: intervenção urbana e vendedores ambulantes no centro de João Pessoa-PB**. (Monografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOUZA, Marcelo J. L. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente-SP, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS USUÁRIOS DO PARQUE**

1. Mora em João Pessoa? Em qual bairro?
2. Qual sua relação com o Parque?
3. Com que frequência visita o local?
4. Já era frequentador antes da Revitalização?
5. Quais os principais atrativos que o fazem frequentar este espaço público?

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS COMERCIANTE DOS QUIOSQUES DO PARQUE**

1. Já comercializava no Parque antes da Revitalização ou chegou depois? Quando?
2. Qual o horário de funcionamento do quiosque?
3. Quais os principais horários de movimento no quiosque?
4. O que acha da restrição a venda de bebidas alcoólicas?
5. Está satisfeito com o movimento nos quiosques?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTEVISTAS REALIZADAS COM OS AGENTES QUE FAZEM A SEGURANÇA DO PARQUE (POLICIAIS MILITARES E AGENTES DA GUARADA MUNICIPAL)**

1. Qual os horários e contingentes disponíveis no Parque?
2. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no Parque?
3. Quais os tipos de ocorrências mais frequentes?
4. É observado algum conflito entre os frequentadores?
5. Qual a postura adotada frente aos ambulantes, moradores de rua, pedintes e prostitutas?